

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ**  
**CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA**  
**PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**  
**MESTRADO E DOUTORADO**

**HEDSON MAURO KLESENER**

**PARA ALÉM DA GERAÇÃO DE RENDA: OS SIGNIFICADOS DA**  
**FRUTICULTURA PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES DE SANTA HELENA**  
**-PR**

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON**  
**PARANÁ – BRASIL**  
**AGOSTO – 2020**

HEDSON MAURO KLESENER

**PARA ALÉM DA GERAÇÃO DE RENDA: OS SIGNIFICADOS DA  
FRUTICULTURA PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES DE SANTA HELENA  
-PR**

Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, área de concentração: Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro de Ciências Agrárias da Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento Territorial, Meio Ambiente e Sustentabilidade Rural.

Orientador: Prof. Dr. Dirceu Basso.

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
PARANÁ – BRASIL  
AGOSTO – 2020**

Klesener, Hedson Mauro

Para além da geração de renda: os significados da fruticultura para os agricultores familiares de Santa Helena-PR / Hedson Mauro Klesener; orientador(a), Dirceu Basso, 2020.

88 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Marechal Cândido Rondon, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, 2020.

1. Agricultura familiar. 2. Fruticultura. 3. Desenvolvimento rural. 4. Sustentabilidade. I. Basso, Dirceu. II. Título.



**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon

Centro de Ciências Agrárias – CCA

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – Mestrado e Doutorado

## **HEDSON MAURO KLESENER**

### **PARA ALÉM DA GERAÇÃO DE RENDA: OS SIGNIFICADOS DA FRUTICULTURA PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES DE SANTA HELENA -PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, de forma remota/síncrona, com uso da tecnologia de videoconferência, por meio das diversas opções de software/aplicativos disponíveis para essa modalidade, conforme orientação do Ato Executivo nº 021/2020-GRE, Resolução 052/2020 - CEPE e Portaria Capes nº 36/2020, em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável, área de concentração Desenvolvimento Rural Sustentável, linha de pesquisa Desenvolvimento Territorial, Meio Ambiente e Sustentabilidade Rural, APROVADO pela seguinte banca examinadora:

1. Dirceu Basso- Orientador  
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
2. Clério Plein- Membro  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste / Campus Francisco Beltrão
3. Daniel Fernandes da Silva- Membro  
Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE) - Pós-Doutorado

Marechal Cândido Rondon, 20 de agosto de 2020.

Wilson João Zonin  
Coordenador do PPGDRS  
Portaria nº 4882/2018 – GRE

## **DEDICATÓRIA**

Dedico o presente trabalho à minha esposa Noeli e aos meus filhos Mauro e Gustavo, minhas maiores riquezas e o que tenho de melhor, que me acompanharam e me deram força no decorrer desta caminhada em busca de novos horizontes e conhecimentos, superando as dificuldades e me engrandecendo, me tornando uma pessoa melhor.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por ter me proporcionado a vida e a racionalidade.

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná pela oferta do curso e pela oportunidade de aprendizagem e novos conhecimentos.

Ao Professor Dr. Dirceu Basso, por ter me orientado e me direcionado para que este estudo fosse concretizado, por seu conhecimento, pelas contribuições e estímulos proporcionados aos estudos.

Aos professores do colegiado e demais colaboradores do programa pelas contribuições e dedicações oferecidas no decorrer dos estudos.

Aos colegas mestrands e doutorands, por terem compartilhado seus conhecimentos e experiências.

À Secretaria de Agricultura do Município de Santa Helena, por meio do ex-secretário João Noal e atual secretário Osmar Luis Ben, por terem proporcionado o acesso a informações sobre dados do município.

Ao Sr. José Carlos de Oliveira, diretor do Centro Avançado de Pesquisa - CAP do município de Santa Helena, por ter prestado informações sobre suas pesquisas desenvolvidas.

À Emater, escritório de Santa Helena, através do seu colaborador Newton Ednei Guzzo, por ter prestado informações sobre cultivos de fruticultura no município de Santa Helena.

À Biolabore, através da colaboradora Maria Fabiana de Brito, por ter indicado produtores da fruticultura para o desenvolvimento da pesquisa empírica.

Aos produtores rurais entrevistados, pelas suas ótimas recepções em seus lares e pelas prestações das informações tão importantes para o bom desempenho da pesquisa.

À minha esposa Noeli Maria Bourscheid Klesener e meus filhos Mauro Eduardo Klesener e Gustavo Henrique Klesener, pela compreensão, incentivos e apoios prestados durante o decorrer dos estudos.

Aos meus pais Nelson Klesener e Marlene Klesener, pelo apoio prestado em momentos de dificuldades, que foram primordiais para a continuidade nos estudos no programa.

E, por fim, a todos os que, de uma forma ou de outra contribuíram para o sucesso da pesquisa.

## RESUMO

KLESENER, Hedson Mauro. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. Agosto de 2020. **Para além da geração de renda: os significados da fruticultura para os agricultores familiares de Santa Helena-PR.** Orientador Dr. Dirceu Basso.

Diante de um cenário em que a agricultura familiar vem cada vez passando por profundas mudanças produtivas, tecnológicas e de acesso aos mercados, percebeu-se a necessidade de realizar estudos voltados para os agricultores familiares, em busca de outras estratégias para a permanência destes trabalhadores no meio rural com trabalho e renda digna. O presente estudo foi realizado no município de Santa Helena – PR e teve como tema central a produção de frutíferas por agricultores familiares. Foi abordado algumas questões em seu torno, como o Desenvolvimento Rural Sustentável, agricultura familiar, diversificação no meio rural, sucessão rural, mercados, fruticultura, políticas públicas e qualidade de vida. Os principais objetivos que moveram esta pesquisa foram de identificar e compreender as razões que motivam os agricultores familiares a praticarem a produção de frutíferas, assim como as razões e motivos que os dificultam ou os impedem de atuarem com esta atividade. Para a obtenção do sucesso destes objetivos a pesquisa se deu primeiramente em literaturas bibliográficas e documentais, onde se buscou compreender a visão de diversos pesquisadores a respeito dos temas estudados, cujos auxiliaram na definição da temática e na delimitação do estudo, dos objetivos e na metodologia utilizada. Na literatura documental, se buscou informações e dados abordados em pesquisas e informações já existentes, como banco de dados de produção do SAEP/DERAL e IBGE, assim como os dados de pesquisas realizadas junto ao Centro Avançado de Pesquisa – CAP, localizado no município de Santa Helena-PR. Quanto às pesquisas empíricas, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com questões voltadas para o tema proposto, com 21 famílias de agricultores familiares, destas 12 que praticam a produção de frutíferas e o restante que não praticam esta atividade. Assim, pôde-se perceber diversas as razões que motivam alguns agricultores familiares a praticar a produção de frutíferas e também as razões levam outros a não aderirem a esta prática. As razões destacadas pelos entrevistados que produzem frutíferas não estão limitadas a questões financeiras e, ainda, para estas famílias, esta atividade representa significados que corrobora com a noção de desenvolvimento rural sustentável.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar. Fruticultura. Desenvolvimento Rural. Sustentabilidade.

## ABSTRACT

KLESENER, Hedson Mauro. State University of Western Paraná - Unioeste. August 2020. **Beyond income generation: the meanings of fruit growing for family farmers in Santa Helena-PR.** Advisor Dr. Dirceu Basso.

Faced with a scenario in which family farming is increasingly undergoing profound changes in production, technology and access to markets, the need to carry out studies aimed at family farmers, in search of other strategies for the permanence of these workers in the rural environment with work and decent income. The present study was carried out in the municipality of Santa Helena - PR and had as its central theme the production of fruit by family farmers. Some issues around it were addressed, such as Sustainable Rural Development, family farming, diversification in rural areas, rural succession, markets, fruit growing, public policies and quality of life. The main objectives that drove this research were to identify and understand the reasons that motivate family farmers to practice fruit production, as well as the reasons and reasons that hinder or prevent them from working with this activity. To obtain the success of these objectives, the research took place primarily in bibliographic and documentary literature, where it sought to understand the view of several researchers regarding the studied themes, whose helped in the definition of the theme and in the delimitation of the study, objectives and methodology used. In the documental literature, we searched for information and data covered in existing research and information, such as the production database of SAEP / DERAL and IBGE, as well as data from research carried out at the Advanced Research Center - CAP, located in the municipality of Santa Helena-PR. As for empirical research, semi-structured interviews were conducted, with questions focused on the proposed theme, with 21 families of family farmers, of these 12 who practice fruit production and the rest who do not practice this activity. Thus, it was possible to understand several reasons that motivate some family farmers to practice fruit production and also the reasons that lead others not to adhere to this practice. The reasons highlighted by the interviewees who produce fruit are not limited to financial issues and, for these families, this activity represents meanings that corroborates the notion of sustainable rural development.

Keywords: Family Farming. Fruit growing. Rural Development. Sustainability.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Localização Política do Município de Santa Helena .....	41
Figura 2: Município de Santa Helena. Situação Política da Década de 1970. ....	42
Figura 3: Santa Helena. Mapa Político Atual.....	42
Gráfico 1: Número de famílias entrevistadas que conciliam suas atividades de fruticultura com outras rendas.....	51
Gráfico 2: Fonte de receitas dos agricultores não produtores de frutíferas.....	54
Gráfico 3 Mercados de redes curtas dos produtos dos produtores entrevistados.....	56
Gráfico 4: Número de agricultores familiares entrevistado e atividades desenvolvidas.....	60
Gráfico 5 Instituições que prestam assistência técnica aos produtores de fruticultura. ....	62
Gráfico 6: Faixa etária dos produtores entrevistados .....	63

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição do PIB do Município de Santa Helena. ....	43
Tabela 2: Distribuição da Arrecadação Agropecuária do Município de Santa Helena por tipos de lavouras.....	43
Tabela 3: Produções agrícolas no município de Santa Helena-PR ano 2018 (IBGE).....	44
Tabela 4: Produções agrícolas no município de Santa Helena anos 2014-2018 (SAEB/DERAL). .....	44
Tabela 5: Representação de valor faturado por hectare (R\$) por produto. ....	45

## LISTA DE ABRERIAS E SIGLAS

<b>ATER</b>	Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>BNDES</b>	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
<b>CAP</b>	Centro Avançado de Pesquisas
<b>COMMODITIES</b>	Produtos que funcionam como matéria-prima, produzidos em escala e que podem ser estocados sem perda de qualidade, como, café, soja, milho, fumo, dentre outros
<b>CONAB</b>	Companhia Nacional de Abastecimento
<b>DERAL</b>	Departamento de Economia Rural
<b>DRS</b>	Desenvolvimento Rural Sustentável
<b>EMATER</b>	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>FAEP</b>	Federação da Agricultura do Estado do Paraná
<b>IAPAR</b>	Instituto Agrônomo do Paraná
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IBRAF</b>	Instituto Brasileiro de Frutas
<b>PAA</b>	Programa Nacional de Alimentação
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PNAE</b>	Programa Nacional de Alimentação Escolar
<b>PRONAF</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>SAEP</b>	Secretaria da Agricultura e do Abastecimento

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2. DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL</b> .....	15
2.1. AGRICULTURA FAMILIAR .....	20
2.1.1. Diversificação no meio rural .....	23
2.1.2. Sucessão Rural.....	26
2.1.3. Fruticultura.....	28
2.1.4. Políticas Públicas .....	32
2.1.5. Autoconsumo .....	33
2.1.6. Qualidade de vida.....	34
2.2. MERCADOS .....	35
<b>3. CONTEXTUALIZAÇÃO</b> .....	41
3.1. DADOS DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA-PR.....	41
3.2. PRODUÇÕES AGRÍCOLAS DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA.....	44
3.3. O PROJETO CAP .....	46
<b>4. MATERIAL E MÉTODOS</b> .....	50
<b>5. RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	51
5.1. TRAJETÓRIA DE VIDA DE PRODUÇÃO .....	51
5.2. MERCADOS.....	55
5.3. FRUTICULTURA.....	57
5.4. POLÍTICAS PÚBLICAS .....	64
5.5. SATISFAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA .....	65
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES</b> .....	66
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	69
<b>APÊNDICE A – Roteiro e Relatórios das Entrevistas aos Agricultores Familiares.....</b>	<b>74</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A diversificação é uma alternativa de produção e de ampliação de renda para uma melhoria das condições de vida e permanência no meio rural. A produção de frutíferas representa um importante papel na distribuição de renda nacional, na geração de empregos e na melhoria da qualidade de vida das famílias. De acordo com Santos-Serejo *et al* (2009, p. 19), geralmente a fruticultura é uma atividade que apresenta elevada rentabilidade, permitindo que pequenas propriedades sejam sustentáveis economicamente.

Simonetti *et al* (2011, p. 2) abordam a diversificação como uma agregação de valor que pode ser uma via de melhorar a renda rural. Assim, torna-se essencial também a sua qualidade, construindo alternativas tanto de rendas agrícolas como de rendas não-agrícolas, para que os efeitos da diversificação se expressem como pluriatividade e multirendimentos. Diante disso, a adoção da fruticultura pelas famílias contribui para o processo de diversificação que, por sua vez, cooperará com a perspectiva do Desenvolvimento Rural Sustentável – DRS na medida em que as famílias podem melhorar suas condições de vida.

Os agricultores familiares são importantes atores para o sucesso do DRS. Segundo Schneider (2016, p. 19), os agricultores familiares constituem uma categoria social economicamente diversa e socialmente heterogênea. Esta classe tem o potencial de promover a diversificação, produzindo alimentos de qualidade e/ou com agregação de valores com o método da agroecologia, que consiste de ideias ambientais e sentimento social a respeito da agricultura.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2019), para o município de Santa Helena-PR, a agropecuária participa com 27,48% do Produto Interno Bruto - PIB, tendo como os setores mais influentes deste resultado a produção da pecuária leiteira, aves e suínos e da produção agrícola da soja e do milho. Em um aparato geral da produção agropecuária do município, a fruticultura aparece com uma pequena participação, porém de grande importância para os agricultores familiares que dispõem de espaços mais reduzidos para o cultivo de seus produtos, assim diversificam suas atividades e fazem da fruticultura mais uma alternativa de trabalho.

A proposta da presente pesquisa tem como temática os significados da fruticultura para os agricultores familiares no município de Santa Helena-PR. A questão que orienta o presente estudo diz respeito a identificação de quais são as razões que motivam os agricultores familiares a adotarem a atividade de produção de frutíferas em suas propriedades e os significados que

esta atividade lhes representa. A pesquisa também buscou entender quais são as razões de muitos agricultores familiares não adotarem esta atividade e o porquê de preferirem manter-se na produção de commodities.

A presente pesquisa está dividida em pesquisas bibliográficas, nas quais a preocupação foi de buscar informações já existentes e conhecimento com autores já renomados sobre os temas do DRS e a agricultura familiar, sendo direcionados para mais especificamente a diversificação, a fruticultura e os mercados e pesquisa empírica, a qual se baseou em visitas e entrevistas com agricultores familiares. Dentre estes, agricultores familiares que praticam a atividade da fruticultura e outros que não praticam esta atividade foram entrevistados a fim de compreender suas razões e os motivos que originaram suas decisões.

Para agregar valor às pesquisas bibliográficas, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com famílias, distribuídas entre produtores de frutíferas e não produtores desta atividade. Dentre as famílias entrevistadas, todas são agricultores familiares, dos quais seus nomes foram sugeridos por alguma das instituições que lhes prestam serviços de assistência técnica, dentre estas, o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater, Biolabore Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná e pelo Centro Avançado de Pesquisa – CAP, todas com sede no município de Santa Helena.

Nas entrevistas com os agricultores familiares, questionou-se sobre suas produções e o destino das mesmas quanto aos mercados. Aos produtores de fruticultura, a pauta foi direcionada à sua satisfação e os significados que esta atividade lhes representa, assim como a viabilidade financeira da sua produção, obtendo-se um aspecto geral positivo por parte destes produtores.

O presente trabalho está estruturado em seis capítulos principais, todos direcionados ao tema proposto, iniciando pela introdução seguida do referencial teórico com o tema Desenvolvimento Rural Sustentável, o qual vem segmentando em diversos sub-temas. Na contextualização está apresentado o município de Santa Helena-PR com seus resultados de produções agrícolas. Na sequência, estão apresentados os materiais e métodos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa. Nos resultados e discussão estão abordados os resultados empíricos, resgatados das entrevistas desenvolvidas diretamente com os agricultores familiares, finalizando com as considerações finais e as conclusões.

Com tais resultados, pôde ser percebido o quão importante pode ser a diversificação as atividades para a permanência dos agricultores familiares no campo, buscando novas alternativas de trabalhos, rendas e qualidade de vida.

## 2. DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Quando se trata do tema Desenvolvimento Sustentável surge a necessidade de conceituar o que vem a ser a chamada sustentabilidade. De acordo com o Lassu – Laboratório de Sustentabilidade da USP – Universidade de São Paulo, a palavra “sustentável” provém do latim sustentare (sustentar; defender; favorecer, apoiar; conservar, cuidar). Sustentabilidade nos dicionários está definida como a habilidade, no sentido de capacidade, de sustentar ou suportar uma ou mais condições, exibida por algo ou alguém.

Para Boff (2012), trata-se de ações tomadas com o objetivo de manter as condições energéticas e físico-químicas que sustentam a Terra viva e todas as formas de vida existentes, sejam elas animal, vegetal ou humana. Sendo fundamental atender as necessidades tanto da geração presente quanto da futura, o autor chama tais recursos de capital natural, por se tratar de uma riqueza imensurável o que a natureza pode proporcionar, porém tendo consciência que ela precisa se recuperar, se refazer.

Em termos globais, conforme relata Scharf (2004, p. 16), dois eventos promovidos pelas Nações Unidas marcaram a consolidação de um novo modelo de relação entre a sociedade e o setor produtivo: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humana, promovida em Estocolmo, na Suécia, em 1972, e a conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco 92), no Rio de Janeiro, em 1992.

A pressão mundial sobre os governos e as empresas em razão da crescente devastação da natureza e do clamor mundial acerca dos riscos que pesam sobre a vida humana fez com que todos colocassem esforços para conferir sustentabilidade ao desenvolvimento (BOFF, 2016, p. 41).

Para Zampieri (2003, p. 21), a sustentabilidade deve responder a seis perguntas fundamentais: 1. O que se deve sustentar?; 2. Durante quanto tempo?; 3. Em qual escala espacial?; 4. Sustentabilidade para quem?; 5. Quem colocará em prática?; 6. Como se assenta a prática?

Frente à constatação de que o crescimento econômico não é sustentável e a racionalidade de quem o sustenta não contém os mecanismos para sua desativação, Leff (2006; 2002 apud Basso, 2013, p. 56) evidencia a necessidade de construir outra racionalidade produtiva que possa operar de acordo com os princípios da sustentabilidade.

Para Leff (2002), apud Basso, (2013, p. 57), a racionalidade ambiental deve operar sobre a base dos potenciais ecológicos do planeta, do poder do saber, da ciência e tecnologia, e das formas culturais de significação da natureza. Esse novo paradigma produtivo fundado sobre

base de racionalidade ambiental implica uma estratégia de desconstrução da racionalidade econômica predominante.

Diante um cenário de racionalidade cultural, soberania nacional e autonomias locais, essa nova ordem sustentável não emergirá pela globalização do mercado, mas por meio de processos socioculturais nos quais se definam estratégias de apropriação, uso e transformação da natureza, numa dinâmica em que a economia global seja reconstruída com a articulação de economias locais sustentáveis. Processos estes que implicam encontro de diversas racionalidades, certamente algo mais complexo, porém mais viável como estratégia de sustentabilidade do que os ditames do mercado (LEFF 2006, p. 233 apud BASSO, 2013, p. 57).

Sachs (2000) frisa que as civilizações sempre sofreram dependência da natureza para sua sobrevivência e que o desenvolvimento da sociedade é possível sem que haja a destruição do ambiente natural. Além de considerar que a dimensão do desenvolvimento deve ser também social e o autor também discorre sobre alguns passos para a conservação da biodiversidade pelo viés do eco desenvolvimento, no qual afirma como alternativas sustentáveis a utilização dos recursos de biomassa como fonte de renda para a população local, sendo primordial a conscientização destas pessoas para a proteção do ambiente natural.

Long e Ploeg (1994, p. 22), apresentam uma breve retrospectiva esquemática dos modelos estruturais de desenvolvimento. Abordam que, apesar das diferenças óbvias e das armadilhas teóricas, os dois modelos estruturais dominantes, a teoria da modernização e a teoria neomarxista, têm semelhanças paradigmáticas.

A teoria da modernização concebe o desenvolvimento em termos de um movimento progressivo em direção às formas tecnológicas e institucionalmente mais complexas e integradas à sociedade moderna:

Esse processo é desenvolvido e mantido através de um envolvimento crescente em mercados de commodities e através de uma série de intervenções envolvendo a transferência de tecnologias, conhecimentos, recursos e formas de organização do mundo desenvolvido ou de setores de um país, para partes menos desenvolvidas. Dessa forma, a sociedade tradicional é impulsionada para o mundo moderno e, gradualmente, ainda que com algumas crises institucionais, sua economia e estruturação social adquirem os ornamentos da modernidade (LONG e PLOEG, 1994 p.22).

Por outro lado, as teorias neomarxistas:

Acentuam a natureza espoliativa desses processos, atribuindo-os à tendência expansionista inerente ao capitalismo mundial, e à sua constante necessidade de abrir novos mercados, aumentar o nível de obtenção de excedentes e de acumular capital. Aqui a imagem é a de interesses capitalistas, estrangeiros e nacionais, modos ou relações de produção subordinativas não capitalistas e de vinculação dos países em uma rede de dependências econômicas e políticas (LONG e PLOEG 1994, p. 22).



Essas duas perspectivas representam posições ideologicamente opostas (LONG e PLOEG, 1994, p. 22). A primeira adere a um ponto de vista reconhecido como liberal e acredita nos benefícios do gradualismo e no efeito de transbordamento. A segunda adota um ponto de vista considerado radical e concebe o desenvolvimento como um processo inerentemente desigual, envolvendo a expansão continuada das sociedades periféricas.

Em outro nível, os dois modelos são similares no sentido em que ambos concebem o desenvolvimento e as mudanças sociais como emergindo primeiramente dos centros de poder sob a forma de intervenções pelo estado ou por interesses internacionais, e seguindo um caminho determinado e abrangente de desenvolvimento, guiado por estágios de desenvolvimento ou pela sucessão de modos de produção dominantes (LONG e PLOEG, 1994, p. 23). Ambos os modelos são contaminados por visões deterministas, lineares e externalistas das mudanças sociais.

Para Andrade (2012, p. 17), a sustentabilidade do desenvolvimento será possível quando os diferentes setores da sociedade: agricultores, empresas, organizações, Estado, etc. se organizarem para, em conjunto, administrar os problemas e necessidades que afetam a todos, a chamada “gestão social do desenvolvimento”.

Segundo Sharf (2004, p. 19),

[...] o objetivo do desenvolvimento sustentável seria a preservação da riqueza global que, no seu entendimento, se refere aos ativos financeiros, recursos naturais e qualidade de vida da população [...] o desenvolvimento sustentável estaria apoiado no tripé formado pelas dimensões ambientais, econômicas e sociais, ou seja, a sustentabilidade estaria condicionada ao desenvolvimento simultâneo dos três pilares, conceito criado em 1990 pelo britânico John Elkington.

Segundo Saraceno (1997) a tradicional divisão social do trabalho entre urbano (indústria e serviços) e rural (agricultura) é cada vez mais imprecisa para analisar a dinâmica do mercado de trabalho rural porque está sendo orientada pelas novas formas de uso dos espaços rurais, especialmente por parte das populações urbanas. Decorrente desse processo se expandiram atividades de lazer, moradia, turismo e preservação ambiental. Com isso, surgiram novos atores sociais rurais com interesses distintos, o que coloca o desafio de novas formas de regulamentação e de uso desse espaço. O desenvolvimento rural aponta para a necessidade de se compreender o ponto de vista dos agricultores e dos atores sociais no processo de mudança social. A ruralidade, para Abramovay (2000, p. 26-27) não se caracteriza por ser “[...] uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas”.

Temas como território, ruralidade e desenvolvimento têm passado por constantes tentativas de atualização e renovação. Isto ocorre não apenas no campo acadêmico, mas também no campo político e nas práticas de diferentes grupos sociais (SCHNEIDER, 2011, p. 207). Com relação ao desenvolvimento, este precisa levar em conta não apenas questões econômicas, tecnológicas e produtivas, mas também culturais e ambientais.

Segundo Thomas (2005, p. 777), apud Schneider (2011, p. 182),

No contexto contemporâneo do capitalismo globalizado, é possível distinguir três sentidos interconectados do termo desenvolvimento: (1) como uma *visão, descrição ou medida* do que deve ser a sociedade desejada; (2) como um *processo histórico de mudança social* em que as sociedades são transformadas no decorrer de longos períodos; (3) como *práticas e esforços deliberados que visam à promoção de melhorias*, partindo de diversos atores sociais e de agências, incluindo governos, todos os tipos de organizações e movimentos sociais.

Segundo Taschetto e Walkowicz (2007, p. 27), os agricultores familiares até a década de 70 produziam alimentos para o consumo e comercialização apenas dos excedentes, para aquisição de itens que não eram produzidos na propriedade, assegurando assim a subsistência da propriedade. Todo o trabalho na propriedade era realizado pela família e para a mesma.

Na década de 70 também se iniciou o processo de modernização da agricultura brasileira com a introdução de máquinas, adubos químicos, crédito rural abundante e de baixo custo, criação do sistema de armazenamento, comercialização e transporte, transformando a agricultura artesanal em agricultura estilo empresarial, sem considerar as diferenças existentes entre os agricultores, tamanho da propriedade, sistema de relações de trabalho, tipos de produção e outros (TASCETTO e WALKOWICZ, 2007, p. 28). Os agricultores que não se incluíram no processo de modernização foram excluídos, muitos migraram para as cidades e outros permaneceram no campo em condições sub-humanas.

Em 1970, foi registrado o maior índice de habitantes rurais no Brasil, correspondendo à 44% da população total. Em 1996 o seu número chegou a um total de 33,8 milhões, equivalente a 22% do total da população brasileira (WESZ JUNIOR, *et al* p. 4).

O processo de globalização, que consolida o “mercado mundial” e aprofunda a reestruturação capitalista, gera um processo combinado de distanciamento e compressão na relação espaço-tempo. Como resultado, promove uma nova divisão internacional e territorial do trabalho, que altera as formas organizacionais das firmas e os processos de produção e circulação de mercadorias em escala global (SCHNEIDER, 2011, p. 208). A reestruturação capitalista também causa impactos nas áreas rurais, tornando-as cada vez mais abertas e interconectadas com as dinâmicas tecnológicas, mercantis e político-institucionais do

capitalismo contemporâneo. Isto faz ampliar a dependência do rural em relação a forças externas.

Percebe-se que as formas de sociedades rurais apresentam significativas transformações no âmbito das concepções de mundo, estilos de vida, modernidades de trabalho e processos de tomada de decisão. Com isso, emerge a problemática da desvalorização do meio rural por parte da juventude, que dentre as implicações, tem contribuído com a constante saída de jovens para as cidades em busca de novos horizontes profissionais e pessoais (DALCIN E TROIAN 2009, p. 3).

Muitos são os problemas enfrentados nas propriedades rurais no que tange a sucessão familiar e a educação cooperativista. O agricultor não está mais conseguindo influenciar seus filhos para a continuidade da atividade rural. Com isso ocorre o êxodo rural, o que gera diversos outros problemas para as cidades, como a marginalização, a prostituição, o aumento das favelas, etc. (FACCIN e SCHMIDT, 2014, p. 372).

Conforme Schneider (2014, p. 32), a agricultura familiar é uma forma de produção em que predomina a integração entre gestão e trabalho. Outra característica da agricultura familiar é o horizonte das gerações. É formada por agricultores e famílias que dirigem o processo produtivo, dando ênfase à diversificação e utilizando o trabalho familiar.

Várias questões afetam a sustentabilidade da agricultura familiar, dentre elas, uma que afeta sobremaneira o consumo de alimentos e, em decorrência, a gestão das unidades de produção e distribuição de alimentos, está ligada ao que poderia ser chamada de sociologia dos alimentos. Em outras palavras, aspectos culturais ligados à noção de que nós “somos o que comemos” faz que a produção agrícola esteja sempre sujeita à realidade cultural da sociedade (ZANCO, *et al* 2017, P. 183).

Apesar de haver uma grande diversidade de políticas que beneficiam os agricultores familiares, que varia segundo os distintos países, a ação do Estado tem sido decisiva em favor da agricultura familiar.

O peso da produção familiar na agricultura faz dela hoje um setor único no capitalismo contemporâneo: não há atividade econômica em que o trabalho e a gestão se estruturam tão fortemente em torno de vínculos parentescos e onde a participação de mão de obra não contratada seja tão importante (ABRAMOVAY, 1992, p. 209).

## 2.1. AGRICULTURA FAMILIAR

A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais é estabelecida pelas diretrizes da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, a qual impõe conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas, conforme segue:

- I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (Brasil, 2006, Lei nº 11.326)

Segundo Schneider (2016, p. 19), os agricultores familiares constituem uma categoria social economicamente diversa e socialmente heterogênea. Trata-se de uma forma particular de organização de trabalho e de produção que existe e se reproduz a partir de distintas estratégias produtivas agrícolas e não agrícolas em consonância com o contexto social e econômico em que estão inseridos. Sua reprodução ascendente ou descendente não decorre apenas de um ato voluntário como uma política pública ou mesmo um desejo individual ou familiar.

Atualmente, a discussão sobre a agricultura familiar vem ganhando legitimidade social, política e acadêmica no Brasil, passando a ser utilizada com mais frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais pelos órgãos governamentais e por segmentos do pensamento acadêmico, especialmente pelos estudiosos das Ciências Agrárias que se ocupam da agricultura e do mundo rural (SCHNEIDER, 2006, p. 1).

A promoção da agricultura familiar não é exclusivamente um objetivo de caráter social, mas sim um elemento estratégico de um novo modelo de desenvolvimento econômico para o Brasil. Desafogar minifundistas, oferecendo-lhes a oportunidade de se tornarem agricultores familiares viáveis, transformar arrendatários em proprietários e oferecer terras a seus filhos são pontos prioritários da perspectiva de mais sustentabilidade (VEIGA, ABRAMOVAY e EHLERS, 2003).

De acordo com Basso (2013, p. 22), construiu-se a tipologia com três tipos de agricultores familiares modernos, sendo: a) Tipo Moderno Convencional, que são aqueles agricultores que possuem um sistema produtivo especializado. A venda de seus produtos é feita com uso somente do mecanismo de comercialização virtual, o mercado de commodities. A produção comercial contempla o cultivo de cereais como soja, milho e trigo e a produção animal, como leite, aves e suínos, sendo estes dois últimos com base no processo de integração

industrial; b) Tipo Moderno em Transição: são agricultores modernos que se encontram em processo de construção ou reconstrução do sistema produtivo, objetivando a permanência na atividade agrícola. No entanto, esses cultivos tradicionais de cereais estão perdendo a importância comercial. Tais cultivos são substituídos por outras atividades como a produção de leite, pelas hortaliças e pela verticalização da produção. A produção de subsistência é medianamente valorizada e se favorece de atividades não agrícolas para compor a renda familiar; c) Tipos não Convencionais: estes possuem sistema de produtivos diversificados, orientados a partir das diretrizes da produção agroecológica, integrando princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos para preservar e ampliar a biodiversidade do sistema produtivo objetivando a sustentabilidade socioambiental. Eles vendem seus produtos em cadeias curtas e a produção de subsistência é fortemente valorizada no estabelecimento destes produtores.

Os agricultores familiares, ao atribuírem significados às condutas, abrem caminho para analisar as racionalidades das suas ações e o seu conhecimento pelas vias racionais do próprio método científico. A direção e significação dos produtores dependem da natureza da racionalidade que lhes informa os fundamentos do pensamento social e os objetivos da ação (COHN, 2003 apud BASSO, 2013, p. 161).

Quanto à racionalidade de produtores não convencionais, Basso (2013, p. 162) destaca-se a valorização da noção familiar, da agricultura familiar nas atividades agrícolas da propriedade, a solidariedade entre os agricultores do tipo de pertencimento entre eles e os consumidores de seus produtos por meio de condutas que valorizam a confiança, as relações de proximidades e as inter-relações entre os atores das redes sociais de comercialização (GRANOVETTER, 1985), bem como estabelecem com a natureza uma relação de respeito (LEFF, 2006).

A verticalização da produção como agregação de valor aos produtos, em pequenas unidades agroindustriais, aprofunda a estratégia produtiva na perspectiva da produção agroecológica. Esta conduta é orientada com o objetivo de fortalecer a autonomia do sistema produtivo da propriedade, rompendo, portanto, com a ameaça heteronômica implícita no processo de modernização da agricultura (RAMOS, 1989), apud (BASSO, 2013, p. 162).

Basso (2013, p. 168) ainda ressalta que os agricultores familiares do tipo não convencional, ao construir e reconstruírem os sistemas de produção e ao fazerem uso de práticas tecnológicas a partir de diretrizes da produção agroecológica, criam um ambiente com arranjos produtivos que oferecem maiores condições aos filhos de permanecerem no meio rural com atividades agrícolas quando comparados, sobretudo, com agricultores do tipo convencional que fazem uso intensivo da mecanização e optam pela monocultura.

A agroecologia oferece determinadas vantagens aos produtores da agricultura familiar por considerar os conhecimentos e as trajetórias dos agricultores. Conceituar a agroecologia pressupõe, inicialmente, vincular seus interesses e suas pretensões no campo da agricultura e da sociedade. Sob uma perspectiva mais superficial, a agroecologia incorpora ideias ambientais e sentimento social a respeito da agricultura, com características normativas ou prescritivas que ultrapassam os limites da agricultura propriamente dita (HECHT, 1989, apud CAPORAL e COSTABEBER).

Os agricultores familiares veem a diversificação agroecológica como uma alternativa de produção e de ampliação de renda para uma melhoria das condições de vida. A permanência das famílias no meio rural, ou seja, suas sustentabilidades sociais e ambientais se encontram fortemente tributadas à produção de alimentos orgânicos e saudáveis, livres de agrotóxicos ou outros produtos que venham a comprometer a segurança alimentar (KLESENER, SCHNEIDER e BASSO, 2019, p. 8).

Segundo Schneider (2006, p. 5), consideram-se úteis alguns elementos na elaboração de uma definição mais abrangente para compreensão da categoria social denominada agricultores familiares. Isto se dá a partir da perspectiva de análise mais geral das formas familiares de organização do trabalho e da produção existente no interior da sociedade capitalista contemporânea, sendo que o primeiro elemento diz respeito à forma de uso do trabalho. As unidades familiares funcionam, predominantemente, com base na utilização da força de trabalho dos membros da família, os quais podem contratar, em caráter temporário, outros trabalhadores.

O segundo elemento, citado por Schneider (2006, p. 5), se refere aos obstáculos oferecidos pela natureza, que impedem uma eventual correspondência entre a atividade produtiva agrícola e industrial. Os avanços científicos e tecnológicos ainda não conseguiram eliminar a “base natural” sob a qual se assenta a produção de alimento e fibra e muito menos subverter os processos produtivos agrícolas a ponto de suprimir a distinção entre agricultores e indústria. Já o terceiro elemento pode ser extraído da teoria social, que consiste na tradição marxista que sempre privilegiou o enfoque do desenvolvimento agrário como um processo macrossocial e econômico sem considerar a resiliência das formas familiares e reconhecer a capacidade de adaptação e integração dessas categorias sociais com o sistema dominante.

Para Abramovay (1997) a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de pessoas que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime é perfeitamente compreensível, tendo em vista que os diferentes setores sociais constroem categorias científicas que servirão a certas

finalidades práticas: a definição de agricultor familiar, para fins de atribuição de crédito. A valorização da agricultura familiar e o reconhecimento de seu potencial dinamizador das economias locais talvez seja o principal ponto de consenso.

O desafio para a agricultura familiar consistiria na melhoria de sua capacidade de interação social e inserção em mercados locais (merenda escolar, programas sociais) em um contexto de "economia da qualidade". A economia da qualidade refere-se às múltiplas formas de construção social (*embeddedness*) da percepção do que é qualidade, que pode estar na oferta de produtos tradicionais, artesanais ou regionais (SCHNEIDER, 2010).

Segundo Zanco *et al.* (2017, p. 188), é importante destacar o papel da agricultura familiar como impulsionadora de desenvolvimento, pois esse segmento tem potencial ratificado por sua diversidade e qualidade produtiva: é gerador de alimentos, cuida do meio ambiente, preocupa-se com a geração de renda, porém, mantendo o “rural com gente” e garantindo condições alternativas de organização social e econômica aos grupos sociais. Um exemplo são as atividades pluriativas que podem ser de natureza permanente ou temporária, em tempo parcial ou integral, define Schneider (2003). Essas funções são uma alternativa de trabalho importante para os pequenos produtores nas áreas rurais, principalmente durante os períodos de menor demanda nas atividades agrícolas.

Mas a contribuição da agricultura familiar não é apenas econômica. Para Schneider:

No que concerne aos aspectos sociais e demográficos, a agricultura familiar contribuiu de modo decisivo para a manutenção das famílias no meio rural. As comunidades rurais em que se verifica a presença da agricultura familiar possuem vida social ativa, que, muitas vezes, reflete-se em dinâmicas locais virtuosas. A agricultura familiar também é importante para as mulheres e os jovens, pois o acesso à terra e aos ativos produtivos são recursos fundamentais para garantia de seus meios de vida nos casos em que os homens migram para trabalhar fora da agricultura (SCHNEIDER, 2016, p. 16 e 17).

De acordo com Puntel, Paiva e Ramos (2011, p. 6), a agricultura foi evoluindo e tornando-se uma atividade mais complexa e cuja compreensão passava a exigir novos esforços. Dentre estes esforços, surge nas Ciências Agrárias, nos anos 1950 e 1960, a abordagem dos Sistemas Agrários, visando contribuir para a compreensão do desenvolvimento agrícola.

### **2.1.1. Diversificação no meio rural**

O conceito de diversidade se manifesta pelas diferentes formas de renda, atividades, ocupações, sistemas de produção, condições de trabalho, dependência produtiva, humana,

etc. Trata-se então da criação de mecanismos/estratégias de diversificação que contribuam de forma decisiva na operacionalização de ações para o desenvolvimento rural, a fim de fortalecer os meios de vida dos indivíduos. Tal estratégia parte da diversificação dos ativos disponíveis dados pelo conjunto de capitais natural, físico, humano, social e financeiro, os quais podem estar relacionados às atividades agrícolas ou não agrícolas, dentro ou fora da propriedade. O resultado destas iniciativas ou estagnações geram ou não melhoria de qualidade de vida e conseqüente desenvolvimento rural, bem como o incremento da resiliência (RAMBO *et al*, 2013, p. 6).

A agricultura familiar brasileira vem se destacando no cenário brasileiro pela produção de alimentos básicos como feijão, mandioca, milho, café e arroz, de forma cada vez mais integrada ao mercado (SIMONETTI *et al*, 2011, p. 1).

Simonetti *et al* (2011, p. 2) aborda que a demasiada dependência econômica dos agricultores da produção de commodities e culturas que possuem um alto custo de produção e baixa remuneração devido ao ambiente produtivo com muitos produtores em ambiente competitivo, pode não gerar uma renda satisfatória a estes produtores.

Os benefícios da diversificação são menores quando ocorrem somente com commodities agrícolas ao invés de incorporar produtos transformados na estratégia de diversificação agrícola. Existem formas diferentes de se diversificar, sendo premente que se discuta a qualidade do processo, tanto no nível setorial como no intersetorial, que resulta em diferentes trajetórias de diversificação. As famílias pluriativas possuem uma renda maior e um meio de vida mais sustentável que aquelas famílias que produzem apenas produtos de commodities (PERONDI, 2007, p. 173).

A diversificação com a agregação de valor pode ser uma via de melhorar a renda rural. Assim, torna-se essencial também a sua qualidade, construindo alternativas tanto de rendas agrícolas como de rendas não-agrícolas. Dessa forma, o efeito da diversificação se expressa como pluriatividade e multirendimentos. Portanto a diversificação pode se tornar uma alternativa para a saída da pobreza (SIMONETTI *et al*, 2011, p. 2).

Ainda segundo Simonetti *et al* (2011, p. 4), a agricultura familiar consegue gerenciar bem os recursos disponíveis, principalmente quando estes são poucos, transformando-os e conseguindo produzir com baixo custo. Mesmo com uma área menor de lavouras, os produtos básicos da alimentação como mandioca, feijão, milho, café e arroz são em grande parte responsabilidade da agricultura familiar. A agricultura familiar é destaque no papel da diversificação das atividades econômicas e na promoção do desenvolvimento de pequenos e



médios municípios. No Paraná, 80% dos estabelecimentos rurais pertencem à agricultura familiar.

De acordo com Perondi (2007, p. 169), as famílias que apresentam um menor índice de sustentabilidade apresentam uma menor diversidade de renda, mas de forma crescente, a cada nova alternativa de renda agregada, em média, o índice de sustentabilidade cresce até que o ponto que as famílias com mais renda apresentam melhores índices de sustentabilidade.

Conforme Schneider (2010, p. 89), a diversidade é entendida como uma condição que se realiza segundo diferentes formas de renda, atividades, ocupações, sistemas de produção, estrutura fundiária, entre outras. A diversidade se manifesta por meio de um repertório de iniciativas individuais ou familiares que funcionam e operam como alternativas em contexto de privação e dificuldades, muitas vezes decorrentes da falta de opções, mas, não raro, também em decorrência dos erros e equívocos provocados pela especialização. Já a diversificação remete ao entendimento do processo social e econômico de criação da diversidade dos meios de vida.

Ainda segundo Schneider (2010, p. 92), os determinantes da diversificação dos meios de vida rurais são variados e podem estar relacionados a aspectos edafoclimáticos ou socioeconômicos que se manifestam por meio da sazonalidade, dos riscos, da vulnerabilidade, das migrações, dos efeitos do mercado de trabalho, do acesso ao crédito e a outros ativos.

De acordo com Basso, Silva e David (2019, p. 234), para além da perspectiva de produção de commodities, apresentada pelos atores dominantes como sendo o caminho único aos agricultores familiares, estudos recentes estão dando visibilidade a estas maneiras diversas de fazer agricultura e viver no meio rural.

A percepção destas diversas condutas emergentes pelos atores sociais tem importância para o desenvolvimento rural, pois constitui uma referência crítica à sociedade moderna e sua ideologia. Perspectiva essa que visa comandar um processo orientado por uma racionalidade convencional subordinando atores a metas que nada (ou pouco) tem a ver com a emancipação social e a sustentabilidade social (BASSO, SILVA e DAVID, 2019, p. 235). No espaço rural, em particular para os agricultores familiares, é importante observar a diversidade de maneiras de fazer a agricultura e de promover o uso do espaço rural. Distintas formas de produção, organização do trabalho, consumo, ação coletiva, comunicação e de conhecimentos penetram na sociedade e todas necessitam ser percebidas enquanto contemporâneas.

Os agricultores com racionalidade em transição, diferentemente dos agricultores com racionalidade convencional e não convencional, fazem uso de portfólio bastante amplo de iniciativas produtivas para se inserir nos mercados (BASSO, SILVA e DAVID, 2019, p. 239).

Para permanecer no meio rural e desenvolver suas atividades ligadas à agricultura, as famílias orientam os cultivos produtivos e valorizam a pluriatividade objetivando ampliar a sua renda.

Uma parte dessas famílias deseja alcançar uma estratégia de diversificação com três ou mais produtos comerciais; outra organiza o projeto produtivo com inserção simultânea em diferentes canais de comercialização, ou seja, no mercado de proximidade e no mercado a distância; ao mesmo tempo, outras famílias contemplam a renda com venda da força do trabalho para a atividade não agrícola e/ou serviços agrícolas a terceiros, entre outras estratégias (BASSO, SILVA e DAVID, 2019, p. 234)

O município de Santa Helena, por meio do seu Secretário de Agricultura, percebe que a diversificação da produção pela agricultura familiar pode ser uma das alternativas para a redução da pobreza rural e permanência das pessoas no campo, visto que no município é grande a existência de micro e pequenas propriedades rurais onde, em grande parte destas, ocorre o êxodo rural.

Para tanto, no município já existem pesquisas para oferecer alternativas de produção para estes produtores da agricultura familiar, como é o caso do Centro Avançado de Pesquisa - CAP, instalado no município à 17 anos, onde são desenvolvidos estudos acerca da produção da fruticultura, já tendo obtido resultados positivos quanto às variedades de melhor adaptação ao local e de melhor produtividade e rentabilidade.

### **2.1.2. Sucessão Rural**

A escolha profissional dos jovens agricultores é determinada por um conjunto de fatores, dos quais os mais relevantes são suas expectativas de geração de renda na unidade paterna comparadas com o que imaginam ser possível alcançar inserindo-se em mercados de trabalho assalariado.

A educação é um elemento decisivo no horizonte profissional de qualquer jovem: na agricultura familiar, entretanto, a regra constatada em inúmeros estudos da América Latina, [...] A geração que hoje mais pode candidatar-se à direção dos trabalhos agropecuários - os filhos que permanecem nas propriedades paterna e que já saíram da escola - tem formação educacional tão precária que confirma a asserção segundo a qual ou se estuda, ou se fica no campo. (DURSTON, 1996 apud ABRAMOVAY *et al*, 2001, p. 4)

A formação de novas gerações de agricultores, de acordo com Gasson e Errington (1993, p. 183, apud Abramoway *et al*, 1998, p. 18), envolve um processo composto de três partes: I) A Sucessão Profissional, que é a passagem da gerência no negócio, do poder de utilização do patrimônio para a próxima geração; II) A Transferência Legal da propriedade da terra e dos

ativos existentes; e III) A Aposentadoria, quando cessa o trabalho e o poder da atual geração sobre os ativos de que se compõe a unidade produtiva.

É importante frisar também que embora a questão sucessória seja decisiva em qualquer empreendimento familiar, ela tem uma particularidade decisiva: o negócio exige a continuidade do caráter familiar da geração e do trabalho e suas dimensões não permitem que dele dependa mais de uma família. A agricultura familiar não pode cindir sua gestão entre dois ou mais irmãos, sucessores. Se o fizer, ela perde o tamanho mínimo que lhe permite a viabilidade econômica (ABRAMOWAY, 1998, p. 19).

O processo sucessório na agricultura familiar está articulado em torno da figura paterna, que determina o momento e a forma da passagem das responsabilidades sobre a gestão do estabelecimento para a próxima geração. A transmissão leva em conta muito mais a capacidade e a disposição de trabalho do pai do que as necessidades do sucessor ou as exigências econômicas ligadas ao próprio desenvolvimento da atividade. Enquanto o atual responsável tiver condições de dirigir o estabelecimento, a sucessão não terá lugar (ABRAMOWAY, 1998, p. 66).

Além dos aspectos ligados às dinâmicas familiares, há um paradoxo frente ao qual o poder público e a sociedade civil podem se mobilizar: o envelhecimento da população rural deve ampliar a quantidade de unidades produtivas abandonadas ou que servem simplesmente como moradia. Esse abandono representa um desperdício de possibilidades produtivas, não por falta de mercado ou de utilidade social das atividades desenvolvidas, mas pela inexistência de iniciativas economicamente viáveis para seu aproveitamento (ABRAMOWAY, 1998, p. 91).

Na agricultura ou em atividades rurais não-agrícolas, a iniciativa dos jovens vivendo hoje no interior da agricultura familiar encontra-se fortemente inibida, não só por razões estritamente econômicas, mas também pela natureza da relação entre as gerações e entre os gêneros. O interesse dos jovens pela vida no meio rural passa pela valorização de suas iniciativas e pelas responsabilidades que eles puderem assumir no interior das unidades produtivas. É fundamental que os jovens possam ser contemplados com programas de capacitação e linhas de créditos que propiciem a base material de sua afirmação como futuro agricultor (ABRAMOWAY, 1998, p. 92).

Kischener (2015), no desenvolvimento de sua pesquisa, abordou os quesitos “por que ficar” e “por que sair” do campo, por meio de estudos empíricos, obtendo alguns resultados conforme segue.

Em uma determinada entrevista, Kischener (2015, p. 70) obteve o resultado de que ficar no campo não é mais atrativo do ponto de vista de quem deve despender muito esforço físico e

não tem as “regalias” da jornada de trabalho de oito horas, como em muitos empregos urbanos. Essa é uma queixa constante de quem ainda vive no campo, ou seja, que as tarefas cotidianas não são limitadas no tempo ou automatizadas, principalmente se o estabelecimento estiver associado à produção animal.

Há uma tensão entre o modo de vida rural e o urbano e neste cenário, onde o imaginário urbano permeia o rural, muitos jovens não desejam mais ficar na unidade de produção familiar. Weisheimer (2011) apud Kischener (2015, p. 75), tendo realizado estudo no Rio Grande do Sul, constatou que a construção dos projetos profissionais dos jovens agricultores “é marcada por uma baixa autonomia material e uma distribuição desigual de recursos entre os sexos e as idades”. Esse pode ser um dos fatores encontrados entre as dificuldades para manter os jovens no campo, pois segundo o autor “é a partir destas condições materiais que se realizam os processos de socialização dos jovens agricultores”.

Por outro lado, conforme outra entrevista (Kischener 2015, p. 85), trabalhar na agricultura, apesar das condições de exposição às tarefas que exigem força, desgaste muscular e cansaço, acaba sendo melhor do que nas cidades, de forma assalariada, pois muitas vezes a remuneração é muito baixa. Muitas vezes são os jovens que vislumbram melhores perspectivas de condições de vida e de trabalho nas cidades, mas muitas vezes, quando para lá se dirigem, acabam sendo mal remunerados. Desta forma, se o jovem decide sair, é importante que seja com boa remuneração para que se possa fazer poupança e voltar ao campo.

Percebe-se que vários fatores podem influenciar a permanência ou não dos jovens no campo. A decisão pode depender da interpretação de cada indivíduo, de acordo com o momento em que se encontra. Se não houver incentivos adequados para a permanência dos jovens no campo eles buscarão novas alternativas de sustentação nos meios urbanos, deixando para trás o que poderia lhes proporcionar uma melhor qualidade de vida.

### **2.1.3. Fruticultura**

De acordo com o Instituto Brasileiro de Frutas – IBRAF, publicado pela Editora Gazeta (2015, p. 1), a fruticultura é um dos setores de maior destaque do agronegócio brasileiro. Por meio de uma grande variedade de culturas, produzidas em todo o país e em diversos climas, a fruticultura conquista resultados expressivos e gera oportunidades para os pequenos negócios brasileiros. O Brasil é o terceiro maior produtor de frutas no mundo, ficando atrás apenas de China e Índia, o que mostra a relevância do setor para a economia brasileira.

O IBRAF Ainda reforça que o Brasil foi responsável pela produção de 43,6 milhões de toneladas de frutas em 2013. Neste mesmo ano, foram utilizadas cerca de 2,2 milhões de hectares para a produção de frutas. Estima-se que a indústria do processamento consumiu 23,8 milhões de toneladas do total de frutas produzidas. O processamento de frutas atende basicamente os segmentos de sucos, néctares, drinques de frutas e polpas.

O Brasil é reconhecido pela grande variedade de frutas produzidas em todas as regiões do país, tanto advindas de lavouras permanentes, como de temporárias, o que potencializa ainda mais as oportunidades para os pequenos negócios. As principais frutas produzidas no Brasil são: lavoura permanente: laranja, banana, coco-da-baía, mamão e uva; lavoura temporária: melancia, abacaxi e melão. Entre os estados de destaque na fruticultura brasileira, IBRAF, publicado pela Editora Gazeta (2015, p. 3), as três culturas mais produzidas são:

- São Paulo: laranja, banana e limão;
- Bahia: banana, laranja e mamão;
- Minas Gerais: laranja, banana e abacaxi;
- Rio Grande do Sul: uva, maçã e melancia;
- Pará: dendê (coco), banana e abacaxi.

Ainda, de acordo com o IBRAF, publicado pela Editora Gazeta (2015, p. 3), o agronegócio frutícola no Brasil se desenvolveu em aproximadamente 2 milhões de ha (hectares) comerciais, de um total de 388 milhões de ha disponíveis, gerando um PIB de quase US\$ 2,2 bilhões, sem contar o mercado de processados. Numericamente, representa 21% do PIB, 37% dos empregos e 41% das exportações. No contexto socioeconômico, nas propriedades frutícolas, para cada hectare de pomar constituído, são gerados pelo menos dois empregos, além de uma renda média de R\$ 5 a 12 mil/ha, em comparação com a cultura de grãos que não passa de R\$ 850,00/ha.

A fruticultura representa um importante papel na distribuição de renda nacional, na geração de empregos e na melhoria da qualidade de vida das comunidades. De acordo com Santos-Serejo *et al* (2009, p. 19), geralmente é uma atividade que apresenta elevada rentabilidade, permitindo que pequenas propriedades sejam sustentáveis economicamente. Como requer mão de obra especializada e em grande quantidade, tem o aumento e a geração de emprego favorecidos nas regiões onde a fruticultura se estabelece.

O Brasil possui condições ecológicas favoráveis à fruticultura de clima tropical e subtropical desde o centro do Estado de São Paulo até a Amazônia, possibilitando a geração de 4 milhões de empregos, sendo a atividade que mais emprega no setor agrícola (SANTOS-SEREJO *et al*, 2009, p. 19).

Ainda Santos-Serejo *et al*, 2009, p. 19), no Brasil, a respeito das frutas serem largamente reconhecidas como uma das principais fontes de vitaminas, fibras e sais minerais, elas ainda continuam sendo consideradas meros complementos alimentares. Considerando a importância do consumo de frutas para a segurança alimentar e para combater a fome, é imprescindível montar uma campanha de âmbito nacional, integrada a órgãos públicos e privados que estimule o consumo de frutas pelos brasileiros

Para o comércio de frutas, além de exigir padrões de qualidade, os mercados questionam a forma de como foram produzidas, quais os impactos causados sobre o meio ambiente e principalmente a identificação dos beneficiários dessa atividade no campo. Para atender à demanda, o governo brasileiro, por meio do Programa de Desenvolvimento da Fruticultura (Profruta), está buscando a consolidação de padrões de qualidade, conforme requisitos internacionais (SANTOS-SEREJO *et al* 2009, p. 19).

Porém, de acordo com Neves (2009, p. 19), no Brasil ainda se perde em torno de 30% do total de frutas e hortaliças produzidas, podendo este índice variar, dependendo da espécie ou da forma de manejo, da colheita até a sua comercialização.

A implantação de pomar para a produção ecológica ou orgânica de frutas representa hoje uma das melhores opções agrícolas, devido à procura destes produtos e cotações, geralmente mais elevadas do que para produtos convencionais (PENTEADO, 2010, p. 5). É possível obter o selo verde ou mesmo um programa sem agrotóxicos, que trará certamente muitas vantagens ao produtor na comercialização e redução de custos na agricultura mais sadia.

Penteado (2010, p. 5), destaca que a agricultura orgânica é um sistema não convencional de produção agrícola e cultivo da terra, baseado em princípios ecológicos. Estes princípios básicos ecológicos de atuação abrangem o manejo dos recursos naturais do solo, nutrição e vegetal, proteção das plantas, comercialização e processamento de alimentos e por fim, os direitos socioeconômicos dos produtores e trabalhadores rurais.

De acordo com Penteado (2010, p. 5),

O cultivo orgânico se caracteriza pela diversidade de cultivos e composição vegetal no seu contexto, pelo conhecimento e emprego da relação planta/ambiente no processo de produção, elevado gasto de Mão de obra (fator de fixação do homem no campo) e baixo gasto de capital e energia. Sua perspectiva é regenerar os solos das propriedades, preservar o ambiente, aproveitar e poupar insumos naturais, apoiar a produção local de alimentos e sustentar fronteiras agrícolas.

A base mestra do processo orgânico é a manutenção da fertilidade do solo e a sanidade geral das plantas e animais pela adubação orgânica, diversificação e rotação de culturas. Utiliza-

se também a reciclagem de resíduos sólidos, empregando adubos verdes e restos de culturas, rochas minerais, manejo e controle biológico de insetos (PENTEADO, 2010, p. 6).

Penteado (2010, p.6.), reforça a agricultura orgânica como um sistema de produção comprometido com a saúde, ética e cidadania do ser humano, visando contribuir para a preservação da vida e da natureza. Busca utilizar de forma racional os recursos naturais empregando métodos de cultivos tradicionais e as mais recentes tecnologias ecológicas, procurando uma interação entre o agricultor e o consumidor.

O processo orgânico busca sistemas diversificados de produção, cujo princípio é alimentar o solo e não a planta com insumos. Busca o aproveitamento de todos os recursos da propriedade e região, para reciclagem de nutrientes, nutrição, proteção e fortalecimento das plantas, dispensando o emprego de agrotóxicos e insumos químicos. Para o sistema orgânico, o solo é fonte de vida e sua qualidade e equilíbrio são essenciais para o futuro da agricultura em longo prazo. A saúde humana e animal está diretamente ligada à saúde do solo (PENTEADO, 2010, p. 6).

Penteado (2010, p. 14) destaca que a fruticultura ecológica ou orgânica no Brasil ainda se encontra em início, resultando em oferta muito irregular de produtos nas prateleiras dos supermercados e feiras. No entanto, o crescimento par aos produtos orgânicos no mercado brasileiro tem sido significativo, estimado em 30% no ano 2000, com as frutas e hortaliças orgânicas representando 2% do total comercializado pelas redes de supermercados no país.

Através da pesquisa empírica do presente trabalho, percebeu-se que tratando da produção da frutíferas em contexto mais local, no município de Santa Helena existem algumas propriedades que investem e acreditam neste cultivo, ainda que um tanto quanto tímidas. Atualmente produz-se, nas mais variadas localidades do perímetro rural, cultivos como abacaxi, acerola, pitaya, uva, morango, maracujá, banana e lima ácida tahiti, dentre outros, o que contribui muito para a melhoria da renda das famílias produtoras, apresentando uma grande satisfação destas com suas atividades.

No entanto, de acordo com o DERAL/SAEP, percebe-se uma estagnação em termos de áreas de cultivo da fruticultura nos últimos cinco anos. A insegurança e desinformação por parte dos agricultores familiares são alguns dos grandes vilões e formadores de barreiras que impedem o aumento da produção.

#### **2.1.4. Políticas Públicas**

No Brasil, a agricultura familiar sempre foi um setor marginalizado devido á herança colonial e ao processo de “modernização” desigual da agricultura, onde os grandes e médios produtores patronais ligados ao setor exportador, principalmente das regiões Sul e Sudeste e, recentemente da região Centro Oeste, foram os principais beneficiários dos estímulos governamentais para o meio rural (PANZUTTI e MONTEIRO, 2014, p. 131).

Panzutti e Monteiro (2014, p. 132), ressaltam que os agricultores familiares começaram a entrar na pauta do governo somente após a reforma da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987. Em virtude do contexto macroeconômico da reforma do Estado, a partir da década de 90 surgiram as políticas públicas destinadas a esse segmento motivadas pela crescente necessidade de intervenção estatal face à crescente exclusão social e o fortalecimento dos movimentos sociais rurais.

Nos últimos tempos, têm-se aumentado as discussões sobre a agricultura familiar tendo em vista a relevância alcançada por esse tipo de produção em termos econômicos, sociais e políticos. No Brasil, esse segmento exerce um importante papel na segurança alimentar e nutricional, na proteção ao meio ambiente, na geração de emprego e renda e no desenvolvimento local (SILVA, COSTA E GUIMARÃES, 2016, p. 2).

Ainda Silva, Costa e Guimarães (2016, p. 3), destacam que no Brasil, ao longo dos anos, políticas públicas foram criadas visando beneficiar os agricultores familiares. Essas políticas envolvem diferentes aspectos, que vão desde o acesso a linhas de crédito para a produção e investimento agrícola (PRONAF), até a obrigatoriedade na aquisição de alimentos da agricultura familiar pelas escolas públicas (PNAE).

Segundo Medeiros (2013), apud Silva, Costa e Guimarães (2016 p. 6), entre meados dos séculos XX e XXI, as políticas direcionadas ao meio rural brasileiro, principalmente aquelas destinadas à agricultura de pequeno porte, passaram por importantes mudanças. Duas temáticas ganharam relevância. Segundo a autora, a primeira relacionou-se à segurança alimentar e nutricional que, desde o final dos anos 1980, e sobretudo no início da década de 1990, por meio da Campanha “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”. O segundo aspecto se deu, desde 1996, por meio da implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

De acordo com Silva, Costa e Guimarães (2016, p. 6), visando assegurar o acesso da população aos alimentos e, conseqüentemente, fortalecer a agricultura familiar, a Lei nº 11.947



de 2009 torna obrigatória a compra de alimentos da agricultura familiar por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Além do PRONAF e do PNAE, têm-se também como políticas públicas voltadas para a agricultura familiar a Previdência Social Rural e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A Previdência Social Rural é importante por garantir benefícios sociais aos trabalhadores rurais. Já o Programa de Aquisição de Alimentos constitui-se em um mecanismo complementar ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), uma vez que garante a compra de parte da produção da agricultura familiar. (SILVA, COSTA E GUIMARÃES, 2016, p. 6).

A modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar permite a aquisição de alimentos para a distribuição ou para formação de estoques públicos, o que cumpre um importante papel na promoção da segurança alimentar e nutricional, na regulação de preços e alimentos e na movimentação de safras e estoques. Os alimentos adquiridos vão para os estoques da Conab e tem sido utilizado especialmente para compor as cestas de alimentos distribuídas a grupos populacionais específicos (PANZUTTI e MONTEIRO, 2014, p. 139).

#### **2.1.5. Autoconsumo**

A produção para autoconsumo diz respeito a uma prática tradicional das unidades familiares de produção. Trata-se da produção de alimentos realizada pela família cujos produtos são destinados ao seu próprio consumo (GRISA, 2008, p. 172).

Ainda Grisa (2008, p. 173) , a produção para autoconsumo vem sendo resgatada e fortalecida pelos formuladores de políticas públicas, mediadores sociais e pelas próprias unidades familiares em virtude dos múltiplos papéis que desempenha na agricultura familiar, dentre os quais se sobressaem a questão da segurança alimentar e a oferta de alimentos saudáveis.

Muitos estudiosos passaram a considerar a produção para o autoconsumo como algo sem futuro, que se tornaria residual e perderia sua importância à medida que a modernização da agricultura se consolidasse. No entanto, o autoconsumo permanece uma estratégia recorrente entre os agricultores familiares e reveste-se de fundamental importância para a reprodução social destas unidades (GRISA e SCHNEIDER, 2008, p. 483).

Para Grisa e Scheneider (2008, p. 485), a produção para o autoconsumo, também denominada mínimo calórico, mínimo alimentar vital, consumo doméstico e, popularmente, produção “pro gasto”, é definida como a parcela da produção produzida pela família e destinada

ao seu consumo. É equivoco estereotipar esta produção como residual, ou ainda associar a quantidades pequenas e produtos incompatíveis com os padrões de qualidade dos mercados. O que a caracteriza é o seu valor de uso para os membros da família.

A importância da prática do autoconsumo entre famílias de agricultores faz parte do modo de vida das famílias rurais contemporâneas. Esta produção se faz presente principalmente por proporcionar uma alimentação “mais natural, sem veneno” e também “porque senão a gente tem que comprar”. Há a percepção de que produzir para o consumo familiar é uma forma de economizar recursos financeiros e uma importante fonte de segurança alimentar, sobretudo pelo acesso e qualidade dos alimentos. Além disso, as unidades familiares mantêm o autoconsumo como uma atividade que dá prazer, “eu planto porque eu gosto também” e porque “a gente está na colônia, tem que criar estas coisas”, ou seja, isto faz parte da identidade das unidades familiares (GRISA e SCHNEIDER, 2008, p. 495 e 496).

A produção para autoconsumo como resposta aos riscos alimentares d-se em dois sentidos: por um lado, as unidades familiares preferem produzir seus alimentos ao invés de comprá-los em virtude de que assim “a gente sabe o que come” e, por outro, ao produzirem seus alimentos, geralmente, as famílias não utilizam agrotóxicos ou outros produtos químicos que possam apresentar risco à saúde (GRISA, 2008, p. 189).

Grisa (2008, p. 190) aborda que para a maioria das unidades familiares, mesmo que o preço dos produtos nos mercados seja compensador, é preferível continuar produzindo para autoconsumo, seja por uma questão cultural e identitária.

#### **2.1.6. Qualidade de vida**

De acordo com Pereira, Teixeira e Santos (2012, p. 241), a crescente preocupação com questões relacionadas à qualidade de vida vem de um movimento dentro das ciências humanas e biológicas no sentido de valorizar parâmetros mais amplos que o controle de sintomas a diminuição da mortalidade ou o aumento da expectativa de vida. É considerada como a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações.

Day e Jankey (1996), *apud* Pereira, Teixeira e Santos (2012, p. 242), classificam os estudos sobre qualidade de vida de acordo com quatro abordagens gerais, sendo elas: econômica, psicológica, biomédica e geral ou holística:

A abordagem socioeconômica tem os indicadores sociais como principal elemento. O termo qualidade de vida, neste contexto, se popularizou por volta de 1960 quando políticos norte-americanos usaram como plataforma política. Falar de qualidade de vida naquele momento seria como uma recomendação para o sucesso administrativo;

A abordagem psicológica busca indicadores que tratam das reações subjetivas de um indivíduo às suas vivências, dependendo assim, primeiramente da experiência direta da pessoa cuja qualidade de vida está sendo avaliada e indica como os povos percebem suas próprias vidas, felicidade e satisfação;

As abordagens médias tratam, principalmente, da questão de oferecer melhorias nas condições de vida dos enfermos. O termo qualidade de vida, em relação a seu emprego na literatura médica, vem sendo associado a diversos significados, com condições de saúde e funcionamento social;

As abordagens gerais ou holísticas baseiam-se na premissa segundo a qual o conceito de qualidade de vida é multidimensional, apresenta uma organização complexa e dinâmica dos seus componentes, difere de pessoa para pessoa de acordo com seu ambiente/contexto e mesmo entre duas pessoas inseridas em um contexto similar. Caracteriza-se como valores, inteligência, interesses são importantes a serem considerados.

Apesar de haver inúmeras definições, não existe uma definição de qualidade de vida que seja amplamente aceita. Cada vez mais claro, no entanto, é que não inclui apenas fatores relacionados à saúde, mas também outros elementos importantes da vida da pessoa, como trabalho, família, amigos e outras circunstâncias do cotidiano (GILL e FEISNTEIN, 1994, *apud* PEREIRA, TEIXEIRA E SANTOS, 2012, p. 244).

## 2.2. MERCADOS

Mercado pode ter mais de uma conceituação. De acordo com Waquil, Miele e Shultz (2010, p. 11), mercado pode ser entendido como uma construção social, como um espaço de interação e troca, regido por normas e regras (formais ou informais), onde são emitidos sinais (por exemplo, os preços) que influenciam as decisões dos atores envolvidos. É importante ressaltar alguns tópicos dessas definições, pois são questões fundamentais para se caracterizar um mercado: “Qual é o objeto de troca (bens e serviços)?”; “Qual é o grau de similaridade entre bens e serviços (possibilidade de substituição ou de complementaridade entre eles)?”; “Quem são os compradores e os vendedores?”; “Qual é o local de encontro para as negociações e trocas (espaços físicos como feiras ou espaços virtuais como a internet)?”; “Como compradores e

vendedores se relacionam trocando informações (sobretudo de preços) e negociando?”; “Quais são as diferentes formas pelas quais os mercados se organizam?”.

Com resultado da interação entre a oferta e a demanda, obtém-se o equilíbrio de mercado, que ocorre quando a quantidade demandada de um bem ou serviço é igual à quantidade ofertada. Isso se verifica em períodos de tempo relativamente longos, que apresentam certa estabilidade de preços, situações em que os preços oscilam em torno de um valor (WAQUIL, MIELE E SCHULZ, 2010, p. 11).

Segundo Waquil, Miele e Schulz (2010, p. 16), mercados podem se classificar também em relação ao tempo (mercado físico ou spot, mercado a termo, mercado futuro), em relação aos atores envolvidos (mercado primário, secundário, terminal) e em relação à presença do Estado (mercados institucionais).

O processo de globalização, que consolida o “mercado mundial” e aprofunda a reestruturação capitalista, gera um processo combinado de distanciamento e compressão na relação espaço-tempo. Como resultado, promove uma nova divisão internacional e territorial do trabalho, que altera as formas organizacionais das firmas e os processos de produção e circulação de mercadorias em escala global (SHCNEIDER, 2011, p. 208). A reestruturação capitalista também causa impactos nas áreas rurais, tornando-as cada vez mais abertas e interconectadas com as dinâmicas tecnológicas, mercantis e político-institucionais do capitalismo contemporâneo. Isto faz ampliar a dependência do rural em relação a forças externas.

A problematização dos mercados e a discussão sobre a inserção dos agricultores familiares ainda gera certo desconforto e inquietude, especialmente por parte daqueles que percebem os mercados como sinônimo de capitalismo ou de economia de mercado (SCHNEIDER, 2016, p. 94).

Os mercados podem ser fortalecidos quando associações e cooperativas atuam nos processos de trocas. Assim, podemos observar a existência de mercados que se caracterizam por cadeias curtas de produção e por cadeias longas. As cadeias curtas ou mercados de venda direta geram um relacionamento de proximidade entre os agricultores e os consumidores. São redes de comercialização no qual a relação de proximidade pode se dar por meio de vendas nas ruas, casas ou locais de trabalho dos consumidores ou, ainda, são conceituados como mercados diretos, pois a negociação em torno das transações ocorre entre o agricultor e os consumidores, sem a existência de intermediários ou de indústrias alimentares (WILKINSON, 2008).

Segundo Santos-Serejo *et al* (2009, p. 19), quanto às perspectivas de desempenho das frutas no mercado interno, esse produto, cada vez mais requisitado na mesa do consumidor

brasileiro, deverá contar com um programa institucional de marketing, coordenado pelo Instituto Brasileiro de Frutas (Ibraf), em parceria com órgãos públicos e com representatividade de toda a cadeia produtiva.

A abrangência geográfica dos mercados depende de diversos fatores. As commodities são passíveis de serem estocadas e transacionadas internacionalmente. Os compradores são geralmente empresas e cooperativas agroindustriais que, por sua vez, vendem para comerciantes internacionais (as *tradings*), que depois vendem para empresas e consumidores em outros países. Os vendedores são os diferentes tipos de agricultores localizados nas principais regiões produtoras. Assim, há um mercado global de grãos, com preços internacionais. Entretanto, os agricultores que vendem sua produção estarão inseridos em um mercado regional com características e especificidades próprias (WAQUIL, MIELE e SCHULZ, 2010, p. 14-15).

O mercado de frutas apresenta grande diversidade, com a presença de fornecedores locais em inúmeras regiões produtoras próximas de seus consumidores, bem como de empresas e cooperativas que atuam no mercado nacional e internacional. O acesso ao mercado externo é possível graças à diferenciação do produto (controle de qualidade, certificação e logística). Note-se que até mesmo os fornecedores locais que não apresentam esses atributos enfrentam a concorrência de frutas importadas de outros países (WAQUIL, MIELE e SCHULZ 2010, p. 15).

Mercados não são necessariamente pontos fixos de comercialização, em que produtos e/ou serviços ficam expostos para a venda em um lugar determinado. Mercados são estabelecidos quando ocorrem as relações entre compradores e vendedores. São considerados como um fato social, portanto, podemos compreendê-los enquanto uma instituição construída socialmente (KLESENER, SCHNEIDER E BASSO, 2019, p. 8).

Dois fatores explicam a sua predominância nas transações locais entre agricultores e consumidores. Primeiro, é uma questão que tem base na legislação alimentar, pois a grande maioria das iniciativas são informais perante o ambiente institucional do Estado. Em segundo lugar, eles conseguem escoar a sua produção sem problemas, pois estes mercados se desenvolvem devido às relações sociais de proximidade, de interconhecimento e de transações repetidas entre os atores sociais. Isso gera lealdades mútuas e confiança, que faz com que as compras dos alimentos sejam frequentes, mesmo não havendo um “selo institucional” (WILKINSON, 2008).

No século XIX, as feiras representavam um local de encontro e sobretudo de troca dos mais diversos produtos, levados por lavradores, comerciantes de pequeno e grande trato, que

vendiam e se abasteciam na compra de outros produtos. Contudo, de acordo com, o universo das feiras não é apenas um ambiente favorável ao comércio, mas também propício à sociabilidade, diante das relações de solidariedade, apadrinhamento e parentesco, estabelecidas desde a Idade Média até a contemporaneidade (ARAÚJO, 2012, p. 50)

No Brasil, as feiras livres surgiram desde a época da colonização portuguesa. No Período Colonial, a população sentia a necessidade de comercializar vários gêneros tropicais, metais preciosos e produtos das mais variadas espécies. Dessa forma, as pessoas se reuniram em locais predeterminados durante certo período para suprir suas necessidades comerciais e realizar atividades socioculturais. Foi assim que as feiras livres no Brasil se consolidaram como uma das mais antigas e tradicionais formas de comércio, lazer e como centros de sociabilidade das cidades (CHAVES, 2011, P. 20).

Segundo Cazane, Machado e Sampaio (2014, p. 120), com o passar dos anos e o surgimento de novos formatos de varejos, as feiras livres foram relegadas ao segundo plano no convívio comercial, pois esses estabelecimentos surgiram com a pretensão de comercializar frutas, legumes e verduras (FLV) frescas como nas feiras livres, garantindo a comodidade de oferecer produtos todos os dias, no mesmo local e com mais conforto do que o encontrado no comércio ao ar livre.

Segundo Kotler e Keller (2006), apud Cazane, Machado e Sampaio (2014, p. 122), o comportamento do consumidor é influenciado por fatores sociais, como grupos de referência, família, papéis sociais e status; por características pessoais, como idade e estágio no ciclo de vida, ocupação, circunstâncias econômicas, personalidade, autoimagem, estilo de vida e valores; um conjunto de fatores psicológicos combinados com determinadas características leva a processos de decisões.

Segundo Coutinho, Neves e Silva (2006) *apud* Casane, Machado e Sampaio (2014, p. 124), as feiras livres são um mercado em que os agricultores e produtores de um determinado local estão presentes pessoalmente para vender sua produção diretamente para o público. As feiras livres são consideradas uma importante estrutura de suprimento de alimentos das cidades, especialmente as interioranas, pois promovem o desenvolvimento econômico e social, fomentando a economia dessas pequenas cidades, oferecendo produtos sempre frescos e permitem uma relação restrita entre consumidores e produtores.

As feiras livres possibilitam o acesso dos agricultores ao mercado, gerando renda para a compra de produtos para o consumo familiar. O desenvolvimento das feiras livres tem o potencial para agregar valor às vendas dos produtores diminuindo a cadeia de suprimentos,

além do potencial de gerar benefícios sociais e ambientais para as comunidades (GUTHRIE *et al*, 2006 apud CAZANE, MACHADO e SAMPAIO, 2014, p. 124).

Outro mercado de potencial para os alimentos produzidos pela agricultura familiar são os programas Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

O PAA, citado no art. 19 da Lei nº 10.696 de 2003, com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreende ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos.

De acordo com a referida Lei, no § 2º, o Programa será destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, ficando dispensada a licitação para essa aquisição desde que os preços não sejam superiores aos praticados nos mercados regionais.

Quanto ao PNAE, encontramos na Lei nº 11.947 de 2009, em seu Art. 2º, que trata das suas diretrizes, dentre as quais a I e a V estabelecem, respectivamente:

O emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica” [...] “o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos”. (Brasil. Lei nº 11.947 de 16 de jun. de 2009)

O meio pelo qual se integra aos mercados faz do agricultor familiar a representação mais moderna do sujeito camponês. Ainda que integrado aos mercados, o fato de permanecer o seu caráter familiar não é anódino e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida. Ao contrário, ela permanece inspirando e orientando as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está subordinado (PEREIRA, BRITO e PEREIRA, 2017, P. 70).

Em termos de mercado, uma parte dos agricultores familiares de Santa Helena estão bem amparados. De acordo com informações prestadas pelos próprios, no município estão instaladas duas cooperativas de produção agropecuária que absorvem toda a produção de avicultura e suinocultura, às quais os produtores já são integrados. Da mesma forma, os produtores de leite têm a opção de fornecer sua produção a laticínios da região. Quanto à produção de produtos de commodities como soja, milho e trigo, estas mesmas cooperativas de

produção instaladas no município absorvem a produção, além de outras empresas particulares do ramo.

Outra parte dos agricultores familiares informaram que comercializam seus produtos com mercados de cadeias curtas. Alguns produtores são beneficiados com os programas PAA e PNAE, mas a maioria coloca sua produção de forma direta aos consumidores por meio da feira livre, à qual os produtores interessados podem se associar e participar. A feira livre no município de Santa Helena acontece em um espaço público uma vez por semana, com o fechamento de uma rua na praça central da cidade. A estrutura e barraquinhas são oferecidas pela prefeitura municipal, bem como sua montagem e desmontagem.

Na feira livre, que acontece nas quartas-feiras à tarde avançando até a noite, os produtores rurais levam seus produtos e os consumidores, atraídos por uma melhor qualidade alimentar, vão até o local para adquiri-los. Mas a feira vai além de um simples comércio de produtos alimentícios, ela se torna um local de encontro das pessoas que veem a mesma como um ambiente de lazer e descanso no meio da semana. Essa integração dentre pessoas da cidade e do campo torna a feira mais forte e consistente.

Além da feira livre, muitos agricultores preparam seus produtos para vendê-los da forma “porta em porta”, passando nas casas e no comércio da cidade em dias aleatórios. Em muitos casos, estes produtos já estão previamente encomendados, bastando apenas o produtor entregá-los aos seus clientes facilitando o seu trabalho.



### 3. CONTEXTUALIZAÇÃO

O município de Santa Helena-PR está coberto por uma grande área de produção agropecuária. Porém, de acordo com dados do IBGE, a fruticultura ainda aparece de forma muito pacata, apesar de ser um município que apresenta grande potencial para a sua produção. O cultivo do agronegócio e produção de commodities está fortemente inserido na cultura dos produtores rurais de Santa Helena. Na sequência, podemos perceber alguns dados de números relativos às produções agrícolas do município e conhecer um pouco mais do projeto do CAP com a fruticultura.

#### 3.1. DADOS DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA-PR

Santa Helena é um município localizado no extremo Oeste do Estado do Paraná, com área territorial de 758.277 Km<sup>2</sup>, a aproximadamente 600 Km de Curitiba, capital do Estado. Banhado pelas margens do Lago de Itaipu, faz fronteira com o país vizinho, Paraguai e os municípios de Entre Rios do Oeste, São José das Palmeiras, Diamante do Oeste, Ramilândia, Missal e Itaipulândia (Figura 1). Foi emancipado politicamente no ano de 1967. Em seu auge populacional, ocorrido no início na década de 80, o município chegou a ultrapassar os 40.000 habitantes, tendo em sua grande maioria colonos da agricultura familiar.

Figura 1: Localização Política do Município de Santa Helena

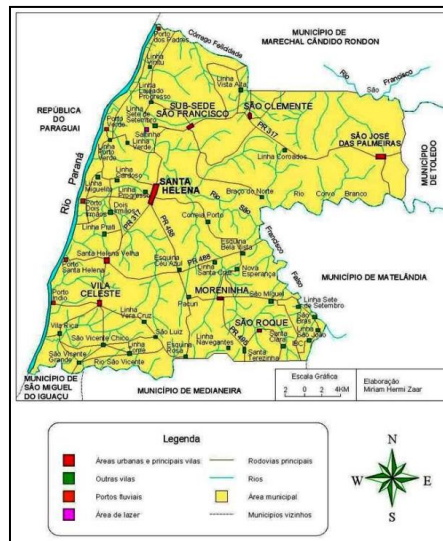


Fonte: [www.wikipedia.org](http://www.wikipedia.org)

Com a formação do Lago de Itaipu, grande parte de suas terras produtivas ficaram submersas, conforme pode ser observado e comparado nas figuras 2 e 3. Sua população caiu drasticamente, ocorrendo uma grande evasão rural para as cidades, outros municípios e até mesmo para outros estados. A emancipação do antigo distrito de São José das Palmeiras para

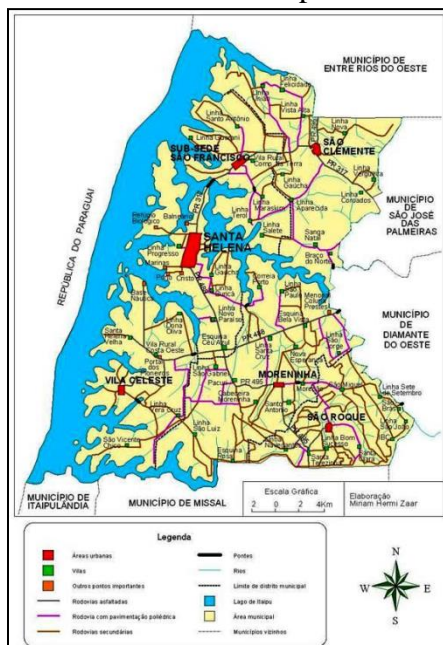
município no ano de 1986 também contribuiu para a diminuição populacional de Santa Helena. Atualmente, São José das Palmeiras possui aproximadamente 4.000 habitantes.

Figura 2: Município de Santa Helena. Situação Política da Década de 1970.



Fonte: Trabalhando com mapas do Município de Santa Helena. Disponível em [www.ub.edu](http://www.ub.edu)

Figura 3: Santa Helena. Mapa Político Atual



Fonte: Trabalhando com mapas do Município de Santa Helena. Disponível em [www.ub.edu](http://www.ub.edu)

Segundo o IBGE de 2017, o município contava com aproximadamente 23.500 habitantes, tendo uma estimativa populacional para 2019 em torno de 26.000 habitantes, destes 4.297 domicílios urbanos e 3.449 domicílios rurais e com um PIB per capita de aproximadamente R\$ 33.047,00.

O PIB do município de Santa Helena para 2018 foi de R\$ 784.675,60 (x1000), distribuídos nas seguintes atividades econômicas:

Tabela 1: Distribuição do PIB do Município de Santa Helena.

Agropecuária:	R\$ 215.635,77 (x1000)	27,48%
Indústria:	R\$ 136.584,18 (x1000)	17,40%
Serviços – Exclusive Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social:	R\$ 297.201,93 (x1000)	37,88%
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social:	R\$ 135.253,77 (x1000)	17,24%

Fonte: IBGE 2017

A arrecadação agropecuária, do município está distribuída em uma área de 39.247ha, sendo utilizadas as terras conforme a tabela seguinte:

Tabela 2: Distribuição da Arrecadação Agropecuária do Município de Santa Helena por tipos de lavouras.

	<b>Utilização</b>	<b>ha</b>	<b>nº estabelecimentos</b>
Lavouras:	Permanentes	85	218
	Temporárias	25.204	1.354
	Cultivo de Flores	78	12
Pastagens:	Naturais	2.024	321
	Plantadas em boas condições	5.685	809
	Plantadas em más condições	141	16
Sistemas Agroflorestais:	Área cultivada com espécies florestais também usadas para lavouras e pastoreio por animais	632	66
Matas ou Florestas:	Naturais	91	22
	Naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	4.705	945
	Florestas plantadas	602	66

Fonte: IBGE 2017

### 3.2. PRODUÇÕES AGRÍCOLAS DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

Os dados das produções agrícolas do município de Santa Helena foram adquiridos a partir de pesquisa junto aos sites do IBGE e da SAEB/DERAL a fim de confrontar as informações e torná-las o mais confiável possível.

Tabela 3: Produções agrícolas no município de Santa Helena-PR ano 2018 (IBGE).

Produto	Ano	Produção em 2018			
		Área (ha)	Produção (t)	Valor Total (R\$)	Valor/ha (R\$)
Soja	2018	27.500	87.250	90.138.000,00	3.280,00
Milho	2018	25.200	114.105	56.568.000,00	2.245,00
Mandioca	2018	500	13.000	6.500.000,00	13.000,00
Trigo	2018	500	1.500	900.000,00	1.800,00
Fumo	2018	214	406,6	3.378.000,00	15.785,00
Cana-de-Açúcar	2018	120	10.800	864.000,00	7.200,00
Uva	2018	20	280	994.000,00	49.700,00
Banana	2018	20	600	444.000,00	22.200,00
Melancia	2018	15	420	294.000,00	19.600,00
Abacaxi	2018	3	75	95.000,00	31.666,00
Limão	2018	2	24	38.000,00	19.000,00

Fonte IBGE 2018

Em dados levantados por meio de pesquisa junto ao site da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – Departamento de Economia Rural (SAEB/DERAL) referente à produção rural paranaense por município, com relação ao município de Santa Helena, observou-se os seguintes resultados médios dos últimos cinco anos:

Tabela 4: Produções agrícolas no município de Santa Helena anos 2014-2018 (SAEB/DERAL).

Produto	Anos	Produção média nos últimos 5 anos			
		Área (ha)	Produção (t)	Valor Total (R\$)	Valor/ha (R\$)
Soja	2014-2018	27.480	84.393	90.296.735,78	3.285,91
Milho	2014-2018	25.824	137.105	57.219.814,79	2.215,76
Mandioca	2014-2018	750	18.850	5.989.967,80	7.986,62
Trigo	2014-2018	480	1.040	611.672,31	1.274,32
Fumo	2014-2018	265	638	4.939.210,63	18.638,53
Cana-de-Açúcar	2014-2018	120	10.800	667.180,80	5.559,84
Uva	2014-2018	21	324	872.378,76	41.541,85

Continua...

<b>Produto</b>	<b>Anos</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Produção (t)</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>	<b>Valor/ha (R\$)</b>
Banana	2014-2018	20	670	474.612,66	23.730,63
Melancia	2014-2018	15	372	268.320,00	17.888,00
Abacaxi	2014-2018	3	68	79.724,00	26.574,67
Limão	2014-2018	2	24	39.588,00	19.794,00
Morango	2014-2018	2	41	136.495,48	68.247,74

Fonte SAEB/DERAL – média anos 2014-2018

Considerando que os dados adquiridos do IBGE são apenas do ano de 2018 e os dados adquiridos do SAEB/DERAL são a média do histórico dos últimos 5 anos (2014/2018), percebeu-se uma proximidade dos resultados, tornando confiáveis os números apresentados, porém junto ao IBGE não consta informações a respeito da produção de morangos.

Já a tabela seguinte representa os valores de faturamento médios por hectare de cada cultivo, em uma ordem decrescente com relação à arrecadação/faturamento médio (em reais) de cada cultivo.

Tabela 5: Representação de valor faturado por hectare (R\$) por produto.

<b>Produto</b>	<b>Valor/ha (R\$)</b>	<b>%</b>
Morango	136.495,56	44,75
Uva	41.541,85	13,62
Abacaxi	26.574,67	8,71
Banana	23.730,63	7,78
Limão	19.794,00	6,49
Fumo	18.638,53	6,11
Melancia	17.888,00	5,86
Mandioca	7.986,62	2,61
Cana-de-Açúcar	5.559,84	1,82
Soja	3.285,91	1,07
Milho	2.215,76	0,72
Trigo	1.274,32	0,41

Fonte: SAEB/DERAL - média anos 2014-2018

Esta última tabela, que representa o índice de faturamento por hectare, sofre uma inversão na posição dos produtos com relação à tabela anterior. Neste quesito, produtos provenientes da fruticultura demonstram um melhor resultado frente aos produtos de commodities.

### 3.3. O PROJETO CAP

As informações contidas neste subtítulo, foram fornecidas pelo CAP – Centro Avançado de Pesquisa, as quais foram transcritas de acordo com o que foi coletado para não prejudicar ou distorcer os resultados de acordo com os objetivos propostos.

O CAP é formado por uma área de 80.000 metros quadrados que pertence ao setor público do município de Santa Helena-PR, a qual, no ano de 2002, foi cedida ao IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná em convênio com a Itaipu Binacional e o Cultivando Água Boa<sup>1</sup> para fins de desenvolvimento de pesquisas de produção de fruticultura.

De acordo com Carvalho (2016, p. 3), em relatório final do projeto, coberto no período de janeiro de 2002 a dezembro de 2016, levantamentos preliminares diagnosticaram que não havia tradição na exploração da fruticultura na região lindeira ao Lago de Itaipu, com raríssimas exceções. Pequenas propriedades estavam destinadas ao sucateamento quando dedicadas à exploração da agricultura tradicional ou à pecuária de leite. Uma região riquíssima com povo pobre em cima dela. Faltavam alternativas de diversificação.

A Itaipu Binacional, preocupada com a situação, criou então o programa de Culturas Alternativas em convênio com o Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR) e com o objetivo de ofertar cultivos de maior valor agregado, dentre eles a fruticultura com a colaboração da Prefeitura Municipal de Santa Helena-PR. Posteriormente, o programa passou a ser denominado Cultivando Água Boa.

Considerando os objetivos propostos no projeto, ou seja, (1) caracterização da exploração da fruticultura tropical e subtropical da região lindeira do Lago de Itaipu; (2) capacitação de técnicos e produtores para a exploração das espécies frutíferas recomendadas e (3) disponibilização de material de programação de fruteiras, houve êxito para a maioria das espécies introduzidas.

Todos os pomares previstos (vinte e três) foram implantados e conduzidos. A produção e produtividade foram satisfatórias, superando a expectativa. Foram realizados treinamentos de técnicos/agricultores/estudantes, sendo mais de 10 mil visitantes, incluindo participantes de Dias de Campo, treinamentos, universidades e visitas internacionais.

Destacou-se nesse cenário o cultivo do abacaxi, uva, maracujá, banana e acerola, que já são explorados comercialmente a partir deste trabalho. Também despertou a atenção de

---

<sup>1</sup> Programa criado pela Itaipu em 2003, é um conjunto de iniciativas socioambientais baseada em documentos nacionais e planetários e relacionadas com a segurança hídrica da região, com conservação dos recursos naturais e da biodiversidade, e com a promoção da qualidade de vida nas comunidades na área de influência da usina. Fonte: [www.itaipu.gov.br](http://www.itaipu.gov.br), Acessado em 09/11/2020.

instituições promotoras de desenvolvimento regional, voltadas à orientação da pequena propriedade.

Apesar dos resultados positivos alcançados com o projeto, os avanços na fruticultura regional ainda são modestos. Faltam políticas de desenvolvimento voltadas para o setor, formação de especialistas para suporte técnico da atividade e comercialização, industrialização, entre outros.

Os resultados obtidos das culturas implantadas por meio das pesquisas desenvolvidas no período de 2002-2016 estão apresentados cada qual com seus relatórios.

**Abacaxi:** Mostrou-se adaptada à região com bom desenvolvimento e boas produções. Os resultados obtidos estiveram acima das expectativas. A produção em pomar bom conduzido variou de 40 a 50 t/ha.

Climaticamente o abacaxi adaptou-se bem às condições locais sendo as temperaturas de inverno que causam maiores preocupações. No período de 2002 a 2016 apenas a geada de 2011 causou danos econômicos em apenas uma lavoura assistida pelo projeto.

No ano de 2006 havia em torno de 500 mil plantas em produção comercial na região sendo aproximadamente 200 mil em Santa Helena e 300 mil em Guaíra. A maioria delas na agricultura familiar. Em 2011 este número havia dobrado. Alguns pomares foram conduzidos sem o uso de agrotóxicos.

**Maracujá:** O maracujá introduzido na região foi o Maracujá Amarelo. Por se tratar de uma fruta com suco muito ácido, presta essencialmente ao preparo de refrescos ou na composição de bebidas, suco tropical e no preparo de pratos especiais, doces e salgados.

Foram implantados pelo projeto, além da Vitrine no CAP de Santa Helena, unidades em propriedades particulares tanto em Santa Helena como em Guaíra. No CAP de Santa Helena o pomar da vitrine foi planado em área próxima a plantações de soja/milho. Houve inicialmente muito bom desenvolvimento de plantas e formação das espadeiras com promessa de colheita farta. No entanto, houve secamento de plantas e ocorrência de bacteriose de forma incontrolável. O evento se repetiu em novos plantios em novas áreas, apesar do uso de quebra vento.

Problema que pode limitar o cultivo desta fruta seria a ocorrência de virose. Esta doença não foi registrada na região, mas encontra-se em outras regiões do estado com tradição na exploração de maracujá.

Apesar de os indicadores serem favoráveis à recomendação, esta cultura ainda precisa ser mais estudada. O sistema de condução é oneroso, a polinização artificial demanda grande

mão de obra e a possibilidade de viroses requer pessoal capacitado e planejamento adequado na implantação dos pomares.

**Goiaba:** A goiaba foi introduzida no CAP de Santa Helena no final de 2005. O principal objetivo da introdução da goiaba na região foi de ampliar a possibilidade de aproveitamento da indústria que ora se viabiliza com o processamento de outras frutas, notadamente abacaxi e maracujá. Como a goiaba apresenta possibilidade de diversificação de épocas de produção através de tratamentos culturais adequados, principalmente podas, vislumbrou-se a possibilidade de aumentar o período útil na indústria.

A goiaba apresentou produção no segundo ano com pequena safra, de aproximadamente 10 kg por planta, ou acima de 3.000 kg/há. No ano seguinte houve um salto, praticamente triplicando o índice.

A goiabeira mostrou-se bastante rústica, com bom desenvolvimento e vigor, o que aumenta a demanda de mão de obra para poda. Após a poda, que deve ser feita anualmente, a planta apresenta boa brotação de novos ramos, o que demanda também de um desbaste de ramos de produção.

No período não foram observados danos com o frio (geadas ocasionais). Problemas fitossanitários foram a ferrugem, uma doença fúngica de fácil controle e pragas com psilídeos, gorgulho e mosca das frutas que exigiram maiores cuidados.

**Banana:** A unidade de banana foi implantada no segundo semestre de 2002 e início de 2003. O crescimento das plantas foi rigoroso, tendo apresentado resposta às boas condições de solo e clima.

De maneira geral, confirmou-se a tendência de aumento de produtividade desde a colheita da planta mãe até as colheitas das seguintes.

A partir de 2008 a Vitrine de Santa Helena foi desativada em virtude do ataque do “moleque da bananeira” e os trabalhos não foram retomados pela ausência de técnicos especialistas para dar continuidade.

**Citros:** A região não apresenta nenhuma tradição na citricultura. Esta fruteira tem se mostrado como boa alternativa na recomendação de espécies para diversificação. Sua recomendação depende de programas de desenvolvimento regional. Resultados obtidos com cultivares de citros plantadas em 2002/03 mostram que algumas cultivares apresentam potencial de produção elevado, acima da média observada no estado.

**Mamão, abacate, manga, macadâmia, amora preta e acerola:** Completando a Vitrine Tecnológica CAP de Santa Helena, foram plantadas variedades de abacate, manga, macadâmia, amora preta, acerola e mamão. A decisão de incluir o mamão nos estudos se deu à constante



procura por produtores locais e à possibilidade de aproveitamento de entrelinhas de culturas de espaçamentos amplos como abacate, manga, macadâmia e com retornos em curto prazo. No entanto, houve ocorrência de ácaro e virose, cujo controle exige uso constante de agrotóxicos. A ocorrência de geadas, ainda que fracas, causam prejuízos evidenciando a vulnerabilidade da cultura do mamão, demandando estudos de manejo para condições regionais.

Quanto ao abacate, a coleta de dados na cultura sempre esteve comprometida por constantes furtos

A região lindeira ao Lago de Itaipu apresenta uma variabilidade climática interessante para a cultura do abacate. Nas áreas próximas ao lago, as temperaturas são mais elevadas, possibilitando uma colheita precoce, enquanto nas áreas mais afastadas e mais altas as temperaturas são mais amenas, atrasando as colheitas. Combinações de variedades de ciclos precoce, médio e tardio, com a variedade climática, podem propiciar a colheita desta fruta por praticamente o ano todo.

A manga, apesar de bem adaptada, apresentou alternância de produção, quer por características intrínsecas da espécie ou por fatores ambientais adversos, como a umidade elevada durante o florescimento. Houve períodos de até dois anos sem produção comercial. As avaliações sempre estiveram comprometidas devido aos furtos da produção.

Além das frutas apresentadas, houve também introdução de macadâmia, acerola e amora preta. A primeira não despertou interesse dos produtores. Trata-se de uma castanha que exige maiores cuidados pós-colheita, porém com potencial. Acerola e amora preta, introduzidas posteriormente, apresentaram produções satisfatórias para aproveitamento industrial.

Buscando oferecer alternativas para o escoamento da produção, foi instalada no CAP em Santa Helena uma unidade de processamento, transformando frutas em polpa e congelamento. Resultados muito positivos foram obtidos. Toda fruta produzida no CAP foi transformada em polpa e oferecida à merenda escolar.

#### **4. MATERIAL E MÉTODOS**

A fase inicial do presente trabalho constituiu-se de uma pesquisa bibliográfica realizada em materiais já existentes, constituídos principalmente de livros e artigos científicos escritos por autores e pesquisadores já renomados quanto aos temas abordados dentro da academia. Em sequência desenvolveu-se a pesquisa de abordagem qualitativa, a qual se realizou mediante aplicação de entrevistas informais com agricultores familiares, dentre estes, produtores e não produtores da atividade de fruticultura, objeto foco da pesquisa.

Por meio de conversas informais com instituições como o CAP, a Biolabore e a Emater, estes, por terem um conhecimento avançado dos principais produtores de fruticultura do município, indicaram alguns nomes de agricultores familiares que poderiam entrevistados.

A pesquisa empírica, de cunho qualitativo, foi realizada com 21 destas famílias indicadas, dentre estas 12 produtoras de frutíferas e outras 9 restantes que não trabalham com esta atividade. A abordagem foi por meio de conversas informais, com temas como suas trajetórias de vida e suas atuais atividades no campo bem como quais os mercados de distribuição de suas produções. Abordando o tema fruticultura, discutiram-se suas opiniões a respeito de como veem e o quanto a conhece. Temas como a diversificação, perspectivas, tecnologias, assistência técnica e políticas públicas também foram abordados na conversa. Para fechar, os produtores foram questionados a respeito de como percebem a agricultura familiar, sucessão e o abandono do campo.

A pesquisa teve como principais objetivos entender quais são as razões que motivam os agricultores familiares a praticarem a atividade da fruticultura assim como as razões pelas quais alguns agricultores familiares não executam a atividade da produção a partir da fruticultura, apesar de seus benefícios e viabilidades comprovadas por meio de pesquisas e informações já existentes, como banco de dados de produção do SAEP/DERAL e IBGE, assim como os dados de pesquisas já concluídas junto ao CAP.

Por meio das entrevistas empíricas, permitiu-se fazer uma análise das opiniões dos diversos produtores entrevistados quanto ao tema fruticultura, suas perspectivas e satisfações com as atividades atuantes, assim como os significados que a fruticultura proporcionam aos seus produtores.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 5.1. TRAJETÓRIA DE VIDA DE PRODUÇÃO

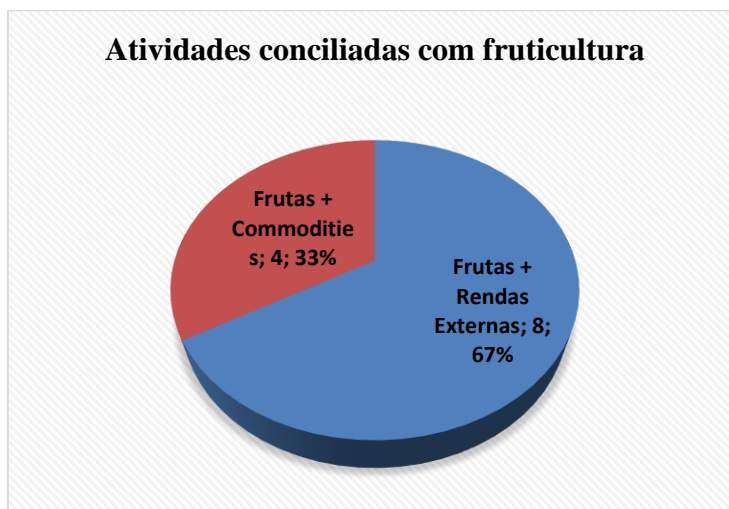
A trajetória de vida das pessoas tem uma grande importância no que elas são ou irão se tornar. Dentre os entrevistados, a maioria são migrantes do estado do Rio Grande do Sul, mas que já vivem no município há dezenas de anos e contribuíram muito com o desenvolvimento local, com trabalhos comunitários e produção de alimentos.

São diversas as atividades desenvolvidas pelos produtores. Porém, como o principal objeto de pesquisa é a fruticultura, traçou-se um olhar mais direcionado para esta atividade. Alguns já produzem frutas há vários anos, como é o caso do Entrevistado nº 5, que produz uva para o consumo e comércio in natura e/ou para a produção de vinho. Esta tradição já vem de berço, seus avós e pais já trouxeram esse costume de sua cidade natal do Rio Grande do Sul.

Dentre os produtores entrevistados, parte se preocupou em diversificar as suas atividades, a exemplo dos Entrevistados nº 15 e nº 18, que investiram na produção de hortaliças e declararam estarem muito satisfeitos com esta modalidade.

Além das atividades agrícolas, muitos produtores possuem atividades externas para complementar suas rendas, tais como aposentadoria ou outros empregos. No Gráfico 1 podemos comparar os produtores de frutíferas que conciliam suas atividades com produtos de commodities e produtores que possuem rendas não agrícolas.

Gráfico 1: Número de famílias entrevistadas que conciliam suas atividades de fruticultura com outras rendas.



Fonte: Elaborada pelo autor (2020)

Dentre as rendas externas, estão a prestação de serviços a terceiros, seja urbana ou rural e a aposentadoria. De acordo com os produtores de frutas entrevistados, eles declaram que produzindo somente a fruticultura não é possível manter-se no campo. A fruticultura vem como uma atividade para complementar a renda familiar, o que ajuda a suprir as despesas da propriedade quando as outras receitas estão em defasagem.

Uma das razões que torna a fruticultura uma excelente alternativa de produção está ligada ao fato de que esta atividade não demanda muitas áreas ou espaços físicos para a sua produção. De acordo com os resultados das pesquisas desenvolvidas pelo CAP, em um espaço pequeno de terra pode ser produzido rendas da fruticultura equivalente a áreas de tamanho bem superior com a produção de renda de outras atividades. Com a diversificação das produções, os agricultores familiares não só complementam suas rendas com a comercialização da produção destes alimentos como produzem alimentos para a sua própria subsistência, deixando de gastar recursos para a sustentação da família.

Parte dos entrevistados que produzem frutíferas, disseram buscar essa atividade a fim de incrementar algo em suas vidas, para sentir-se feliz, com autoestima, pelo prazer em produzir alimentos saudáveis e contribuir com o bem-estar do meio ambiente. Vários declararam que queriam algum tipo de “mudança”, a exemplo do Entrevistado nº 1, mulher de 55 anos que sempre trabalhou como empregada doméstica e quando herdou um pequeno sítio não teve dúvidas, imediatamente passou a produzir diversas variedades de frutas, como amora, figo e ameixa, dentre outras, das quais ela produz doces e sucos para vender na feirinha da cidade.

O Entrevistado nº 2, homem com 75 anos de idade, já saturado de produzir commodities, conforme declarou, passou a produzir frutíferas há mais ou menos 25 anos, iniciando com abacaxi e banana. Atualmente possui uma grande plantação de ameixas, onde os compradores vão até sua propriedade para comprar, mas a colheita é feita por eles próprios, gerando satisfação e prazer a estes. Este produtor também produz mudas da fruta e já ministrou palestras e cursos ensinando o manejo da produção de mudas, inclusive em outros estados.

Os Entrevistados nº 3 e nº 5, homens com idade acima de 50 anos, são produtores de uva. O Entrevistado nº 3, que sempre produziu uvas (já é de tradição da família desde seus avós), destina a maior parte de sua colheita à produção de vinho, mas também vende a fruta in natura para o mercado local. O entrevistado nº 5 passou a produzir a fruta há aproximadamente 5 anos. Por residir em um local propício, longe de agrotóxicos. Orientado pela instituição Emater, ele alega estar satisfeito com os trabalhos. Atualmente também produz abacaxi.

O mais jovem dos entrevistados, o nº 4, homem com 25 anos de idade, é filho de agricultor. Surgiu a ideia da produção de pitaya quando fez um trabalho em seu curso de

graduação, no caso Agronomia, em que seu grupo estudou sobre a referida fruta. Demonstrando interesse, conversou com seu pai que a princípio resistiu à ideia de destinar um espaço da propriedade para produção da pitaya, porém concordou. Atualmente, a produção está em sua segunda safra e a área destinada já foi triplicada.

O Entrevistado nº 6, homem, com 40 anos de idade, é filho de produtor e reside na localidade desde que nasceu. Possui uma grande área de produção de bananas e concilia a atividade com a produção de avicultura. Da mesma forma, o Entrevistado nº 7, mulher, com 40 anos de idade, sempre viveu na propriedade onde reside. Servidora pública municipal, assumiu a propriedade após seus pais adoecerem e tendo grande parte da lavoura arrendada à terceiros, decidiu resgatar uma parte de aproximadamente dez mil metros quadrados a qual destinou à produção de agrofloresta e pretende tornar a localidade um polo de pesquisas, onde alunos de escolas possam vir aprender mais sobre a agroecologia, alimentação saudável e segurança alimentar

O Entrevistado nº 8, homem com 63 anos de idade, residente na localidade desde sua infância, herdou uma pequena área de terra de seus pais e sempre foi produtor de commodities. Passou a produzir maracujá há aproximadamente cinco anos incentivado pelas visitas de técnicos da cooperativa Biolabore. O Entrevistado nº 9, homem com 48 anos de idade, imigrante do Paraguai há aproximadamente 15 anos, também teve algumas visitas da cooperativa Biolabore até iniciar com a produção de abacaxi, atividade que ele concilia com a produção leiteira.

Os Entrevistados nº 10 e nº 12 são mulheres com 51 e 52 anos, respectivamente. Ambas conciliam suas atividades de fruticultura com outras atividades. A primeira produz acerola e possui em sua propriedade produção de suinocultura. A outra produz morango e trabalha também como funcionária pública.

O Entrevistado nº 12, homem com 62 anos de idade, é um produtor urbano da fruticultura. Como funcionário público aposentado, resolveu alugar quatro lotes urbanos conjugados (2.400 metros quadrados) próximos de sua residência, onde passou a plantar algumas variedades de frutas, e tomando prazer pelo cultivo, diversificar mais as variedades. Atualmente possui pelo menos trinta espécies diferentes de frutas exóticas, as quais servem para o consumo de sua família e o excedente vende de porta em porta em residências e/ou no comércio local.

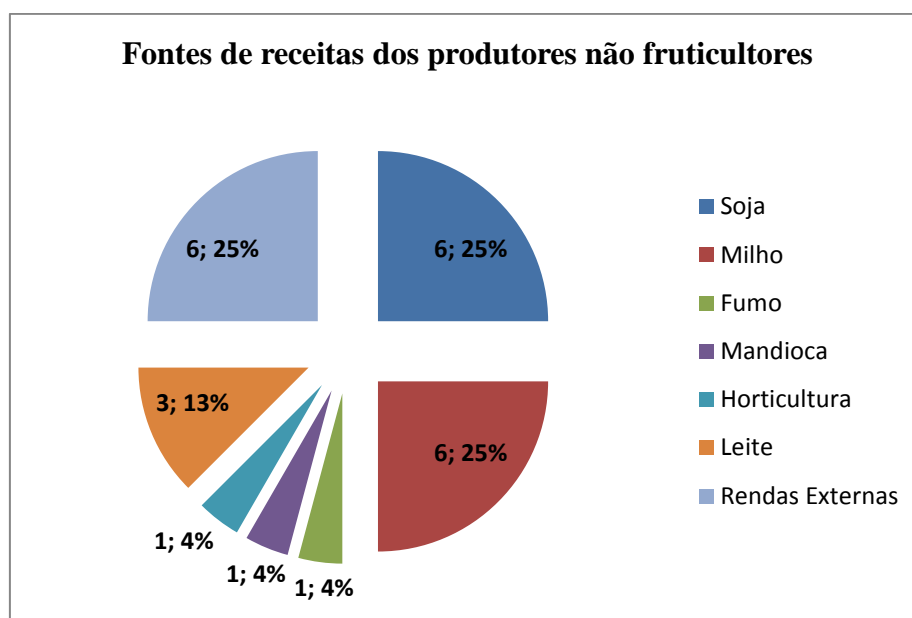
Percebe-se uma grande satisfação por parte dos produtores pela atividade de produção de frutíferas, pois além de lhes proporcionar um incremento na renda familiar, é um trabalho de realização pessoal. Porém, a fruticultura para a agricultura familiar, vem a ser um ramo a

mais para agregar receitas provenientes da diversificação das atividades na propriedade. Dentre os entrevistados produtores de frutas, todos têm a fruticultura conciliada com outras atividades, o que lhes dá maior segurança financeira.

Quanto aos demais entrevistados, não produtores de frutíferas, suas principais produções são o soja, milho, leite e fumo, pois assim formaram suas propriedades, dando continuidade aos trabalhos de seus antecessores, que em outras épocas eram os tipos de produção para os quais mais havia incentivos.

No Gráfico 2 estão apresentadas fontes de receitas pelas atividades desempenhadas pelos agricultores que não produzem frutíferas:

Gráfico 2: Fonte de receitas dos agricultores não produtores de frutíferas



Fonte: Elaborada pelo autor (2020)

Pode-se perceber um perfil um tanto quanto de desmotivação dos entrevistados que não praticam a atividade de diversificação e/ou fruticultura em suas propriedades, pois estes estão alienados a um sistema de produção rotineira, em que o risco da ocorrência de uma frustração de safra é muito grande. Os Entrevistados nº 13 e nº 21 alegaram que “é necessário mudar a cabeça das pessoas para elas entenderem que podem fazer outras atividades além da soja, milho e leite” e eles próprios ainda estão munidos dessa resistência à mudança.

Já os Entrevistados nº 15 e nº 18, os quais são produtores de hortaliças e outros alimentos, veem esta atividade como promissora e de fundamental importância para a sua subsistência. Optaram em produzir alimentos e vendê-los diretamente aos consumidores, declararam estar muito satisfeitos e motivados com seus trabalhos, apesar destes exigirem uma

considerável dedicação. O Entrevistado nº 16 procura diversificar as suas receitas com outras diversas atividades, produção de galinhas e suínos caipiras, produção de fumo, compra e revenda de produtos coloniais, mandioca, dentre outros.

Nas referências das trajetórias de vida e perspectivas dos entrevistados, puderam-se observar diversas razões pelas quais os agricultores familiares praticam a atividade da fruticultura. A maioria destes agricultores já estão aposentados e possuem uma pequena área de terra, mas com espaço suficiente para a atividade da fruticultura, tornando útil o seu tempo ocioso e agregando renda para a família.

O município possui algumas instituições, como o CAP, a Biolabore e a Emater, que oferecem assistência técnica com profissionais qualificados para a atividade da fruticultura e estes, por meio de visitas aos produtores, os motivam a praticar esta atividade. Outros já buscam manter as tradições familiares ou por conhecimentos adquiridos em estudos recentemente.

## 5.2. MERCADOS

Os mercados para a destinação da produção é uma das principais preocupações dos produtores rurais. Dentre os entrevistados não produtores de frutíferas, este foi o principal motivo declarado pela não adoção do cultivo. Os produtores temem que, no momento da safra, não haja compradores para a sua produção, enquanto a produção de commodities agrícolas lhes dá a garantia de mercado, apesar dos riscos de oscilação dos preços pagos pelos produtos.

Os produtores de fruticultura também têm essa preocupação, apesar de que dentre todos os entrevistados, nenhum mencionou que já perdeu sua produção ou parte dela devido à falta de mercado. Com a tendência da procura por uma alimentação mais saudável, a elevação das frutas no cardápio das pessoas tende a aumentar, conforme menciona o Entrevistado nº 1, que produzia derivados de massas para vender na feirinha da cidade e, percebendo uma procura maior por produtos mais saudáveis, aumentou a sua produção de derivados de frutas e reduziu as massas.

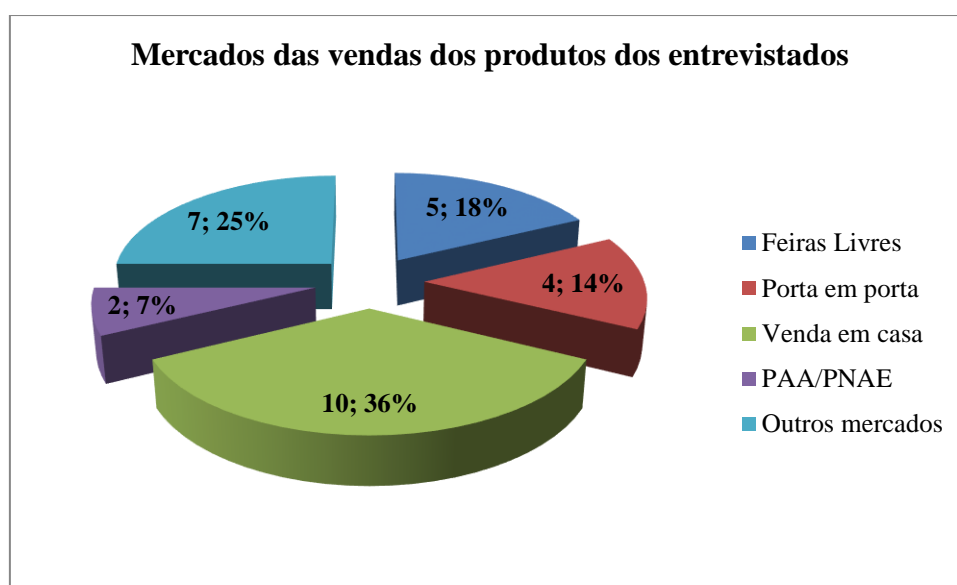
As feiras livres são uma grande opção de mercado para os produtos da agricultura familiar. No município de Santa Helena existe a associação dos feirantes a qual é formada basicamente por produtores da agricultura familiar. Ela acontece uma vez por semana em uma feira em frente à praça central da cidade, onde os produtores têm a oportunidade de vender seus produtos e socializar, fomentando novos negócios. Dentre os 21 entrevistados, pelo menos 5 são sócios desta associação de feirantes.

Em alguns casos, conforme relataram os Entrevistados nº 2, nº 3, nº 4, nº 5 e nº 9, eles vendem boa parte de suas produções em seus domicílios onde os clientes vão buscar e muitos destes são livres para irem até as plantas escolherem seus frutos ou até ainda efetuarem a sua própria colheita. Esta é uma prática cada vez mais atraente, pois é um momento de prazer e satisfação para aqueles que não têm a oportunidade de produzir seu próprio alimento.

As vendas de porta em porta também são muito praticadas pelos produtores, seja nas residências ou no comércio. Na maioria dos casos, os produtores já possuem clientes fidelizados e precisam somente fazer a entrega dos produtos já de antemão encomendados, diminuindo o risco de sobras de produtos. Alguns produtores efetuam a entrega de seus produtos por meio dos programas políticos PAA e/ou PNAE.

O Gráfico 3 apresenta os mercados de redes curtas onde os produtores vendem suas produções.

Gráfico 3 Mercados de redes curtas dos produtos dos produtores entrevistados



Fonte: Elaborada pelo autor (2020)

Quanto às produções de commodities, a soja, milho, avicultura e suinocultura, os principais mercados são os de redes longas, pois seus produtores entregam para as cooperativas de produção à que estão integrados e/ou outras empresas do ramo. Porém a produção de leite, por se tratar de produto altamente perecível, é vendida para laticínios da própria região.

A segurança de mercado, em que os produtores conseguem vender seus produtos com uma boa rentabilidade e sem explorações, é fundamental para a decisão do que e quanto produzir. No caso da fruticultura e demais produtos alimentares de qualidade, a tendência é um



aumento da demanda, pois cada vez mais as pessoas estão se preocupando com a alimentação saudável e com o que estão pondo em suas mesas para consumirem.

Para a agricultura familiar, o mercado da fruticultura é um mercado de proximidade, pois produzem e efetuam a venda logo após a colheita, tornando o produto mais atrativo para os consumidores. Esta prática motiva os produtores a produzir, pois com as vendas dos produtos nas feiras livres, de porta em porta ou no próprio local de produção, uma relação de confiança é fomentada entre as partes.

Com a percepção do aumento na demanda de produtos provenientes de manejos livres de insumos tóxicos, os produtores viram um nicho de mercado em ascensão, o que lhes levou a produzir produtos de acordo com as exigências dos consumidores, preocupando-se com a produção de alimentos saudáveis.

### 5.3. FRUTICULTURA

Ao pesquisar o tema fruticultura, tanto em dados informativos já concretizados quanto com dados empíricos, pôde-se perceber como sendo uma alternativa de sucesso para a vida no campo. A fruticultura é uma atividade que demanda mão de obra, assim oferece trabalho oportunizando a permanência do jovem no campo e geração de renda, pois em pequenos espaços de terra pode-se produzir gerando alta lucratividade frente aos produtos de commodities, fomentando a diversificação da produção no meio rural.

Nas visitas aos produtores foi abordado sobre a visão que estes têm acerca do tema fruticultura, com o intuito de perceber seus conhecimentos quanto ao assunto. Na sequência, os entrevistados falaram sobre o tema diversificação das atividades no campo e suas perspectivas bem como as tecnologias aplicadas e as assistências técnicas prestadas por profissionais especializados.

A visão e o conhecimento que os agricultores familiares têm quanto à produção de frutíferas pode variar de um produtor para o outro. Dentre os produtores que diversificaram suas atividades com a produção de frutíferas, alguns, como é o caso dos Entrevistados nº 2, nº 3 e nº 10, têm conhecimento bem avançado pela sua experiência, pois já produzem frutas há vários anos e iniciaram seus trabalhos sem o auxílio ou instrução de profissionais qualificados. No caso dos entrevistados nº 4 e nº 7, que possuem um grau de instrução mais avançado, desenvolveram seu conhecimento através de estudos e pesquisas. Os demais produtores de frutíferas atuam com essa atividade há menos tempo (menos de 6 anos), investiram e

acreditaram no o auxílio de profissionais especializados, como técnicos das instituições Biolabore e Emater, e estes ainda estão aprendendo.

Todos os produtores de frutíferas, independentemente do seu nível de conhecimento, percebem a atividade não somente como uma forma a mais de ganhar dinheiro, mas também como uma forma de diversificar suas atividades, de buscar algo diferente que lhes satisfaça e lhes dê prazer ao ver seus resultados. Como é o caso do Entrevistado nº 2, este estava insatisfeito com a produção de commodities e buscou “fazer algo diferente”, conforme relatou, e encontrou na nova atividade uma forma de aliviar seu estresse: “muitas vezes quando acordo cedo estou, cansado, nervoso ou ansioso, daí vou pra debaixo das árvores mexer com minhas frutinhas, logo me sinto calmo e tranquilo. Isso me faz bem”, declarou.

O Entrevistado nº 8, da mesma forma, percebeu que estava muito tempo ocioso, trabalhando apenas com a produção de soja e milho. Até lhe surgiu a proposta de investir na construção de um aviário para a produção de frangos para abate, porém recusou e preferiu investir seu tempo na produção de maracujá e relatou: “antes de eu mexer com maracujá, me sobrava muito tempo livre e eu acabava indo beber e jogar baralho no centro comunitário da localidade e isso não estava me fazendo bem”. Além disso, declarou: “agora, no lugar de gastar dinheiro, estou ganhando dinheiro com o meu tempo livre”. O Entrevistado entrega toda sua produção nos programas PAA e PNAE e confirma: “o que eu ganho com as entregas das frutas, cobre praticamente todas as despesas do lar, como mercado, combustível pro carro, luz... e assim posso fazer umas economias, deixando depositada a produção de soja e milho na cooperativa”.

Quanto aos produtores entrevistados que não produzem frutíferas, alguns já cogitaram a ideia de investir na atividade, pois já receberam alguma visita de algum profissional técnico especializado, seja da Biolabore ou da Emater, porém ainda estão resistentes devido às suas inseguranças quanto ao retorno do investimento, principalmente por se tratar de uma atividade de lavoura permanente, para a qual os resultados de rentabilidade exigem um maior tempo que as produções de lavoura temporária. Alguns alegaram que o alto índice de aplicação de agrotóxicos em lavouras vizinhas iria prejudicar a atividade, não gerando produção. Alguns ainda declararam que diversificar a atividade demandaria muita mão de obra e não teria pessoas na propriedade para investir seu tempo com a fruticultura, o que gera um choque com as declarações dos entrevistados produtores de frutas.

A falta de conhecimento e informações gera uma visão errada, não somente sobre a atividade de diversificação da produção, mas em qualquer situação. Isso faz com que os produtores se deixem influenciar facilmente por outros interessados que buscam benefícios

próprios, sejam pessoas ou empresas. Para tanto, buscar atualizar seus conhecimentos é de suma importância para a tomada de decisões seguras.

Um gerador de razões para a prática da atividade da fruticultura é a existência do conhecimento e informações para a produção, seja por tradição ou adquirido por meio de estudos e pesquisas de suas tecnologias. Ainda, para atender àqueles que não estão munidos de informações e/ou experiências, existe a assistência técnica de profissionais qualificados a fim de proporcionar uma maior produção e retorno dos trabalhos investidos.

A valorização do tempo ocioso aplicado na diversificação das atividades como forma de gerar mais rentabilidade também motiva os produtores a direcionar seus trabalhos com a produção da fruticultura, pois esta atividade entra na rotina dos agricultores familiares tornando-os pessoas mais flexíveis e resistentes a mudanças e/ou intempéries diversos que podem acontecer no decorrer dos trabalhos.

A fruticultura pode ser uma boa opção de atividade e produção de renda para a agricultura familiar, porém alguns produtores resistem à adoção desta atividade pelo fato de ainda estarem inseguros quanto ao retorno pelos esforços investidos, o que torna mais importante uma campanha de conscientização para estes produtores. Alguns estão defasados de mão de obra e não têm mais disposição nem condições físicas de trabalhar com atividades braçais, como demanda a fruticultura.

Alguns produtores sofrem com a presença de agrotóxicos em torno de suas propriedades, sendo este um fator de bastante impacto negativo para a produção de frutíferas, pois esta depende de um local protegido para alavancar sua produção e o produto ter um melhor valor comercial.

Quando se trata de diversificação e perspectivas para a agricultura familiar, o tema pode representar uma alternativa para reduzir a saída da pobreza no campo. É o que pode ser percebido em alguns casos junto aos produtores entrevistados, como ocorreu com o Entrevistado nº 1 e nº 5, os quais dependiam apenas de suas aposentadorias para se manterem. Com a diversificação da propriedade por meio da atividade de produção de frutíferas, estes constataram um aumento em suas receitas, proporcionando-lhes uma melhoria na qualidade de vida.

Com a diversificação no campo, os produtores têm a oportunidade de variar suas atividades, podendo investir o seu trabalho em novas perspectivas. Dentre os entrevistados, os produtores de frutíferas, praticamente todos pretendem ampliar sua produção, na mesma variedade ou em outras. Assim aconteceu com o Entrevistado nº 4, jovem servidor público, que viu na pitaya uma alternativa de agregar valor na propriedade de seu pai, o qual no princípio

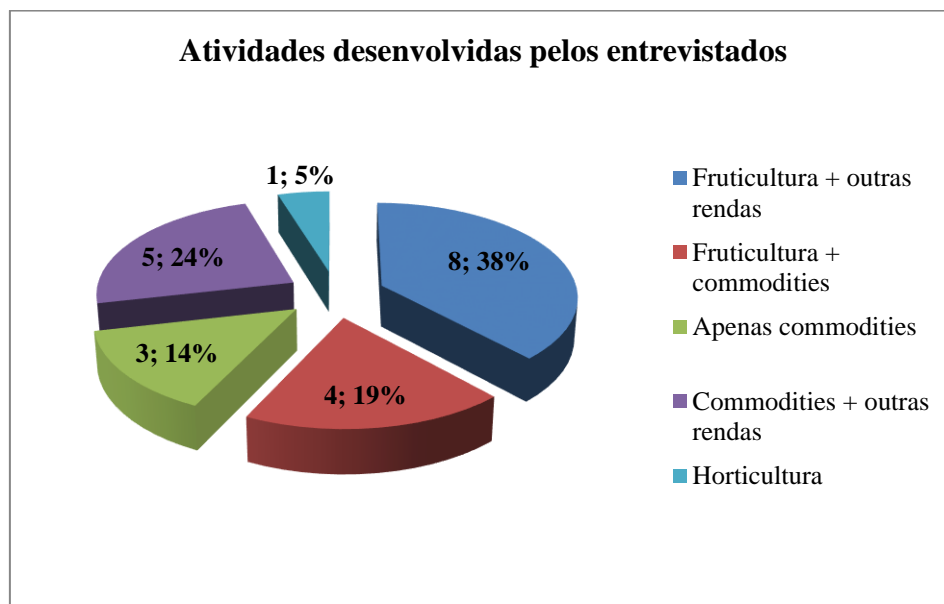
resistiu muito em aceitar a ideia, porém, depois de ver o seu retorno, já ampliou a área de produção. Agora o Entrevistado já vê uma oportunidade a mais, além da produção dos frutos, que é a produção de mudas para a comercialização, visto que é uma variedade nova na região e com alto potencial de novos consumidores.

Dentre os entrevistados não produtores de frutíferas, alguns já trabalham com a diversificação, como é o caso dos Entrevistados nº 15 e nº 18, que investiram nas hortaliças. O Entrevistado nº 17 demonstrou interesse em investir em uma agrofloresta, pois tem bom conhecimento no tema por já ter participado de vários cursos e palestras, bem como já fez parte de grupos de estudos sobre sustentabilidade. Porém os Entrevistados nº 13, nº 14 e nº 19 não demonstraram nenhum interesse em diversificar suas atividades. Percebeu-se os mesmos um tanto desmotivados para buscarem outras alternativas de produção.

Pôde-se perceber uma melhor expectativa com os entrevistados que se preocupam em variar suas culturas e rendas, diversificando as atividades no campo e que, sem expectativas, os produtores estarão desmotivados para investirem na diversificação de suas atividades.

No Gráfico 4 podemos verificar as atividades desenvolvidas pelos produtores entrevistados. As receitas informadas identificadas no gráfico como “outras rendas”, se tratam de rendas provenientes de atividades fora do estabelecimento familiar ou aposentadoria.

Gráfico 4: Número de agricultores familiares entrevistado e atividades desenvolvidas



Fonte: Elaborada pelo autor (2020)

Percebe-se a fruticultura como se apresentando enquanto uma atividade opcional para a diversificação da propriedade rural e complementação da renda familiar, pois sempre vem

conciliada com outras atividades. Dentre os entrevistados produtores de frutíferas, constam outras duas importantes razões no cultivo de frutíferas, sendo elas: a diversificação e a satisfação com os cultivos.

Dentre os entrevistados que praticam a atividade da fruticultura, todos mencionaram estarem muito satisfeitos com os resultados deste trabalho. Esta é uma atividade que pode proporcionar diversos benefícios, não somente financeiros, mas principalmente trata-se de uma terapia ocupacional que se transforma em benefícios para a saúde, combatendo o estresse e os desgastes emocionais, o que torna o trabalho com a produção de fruta atrativo, conforme declaram os entrevistados.

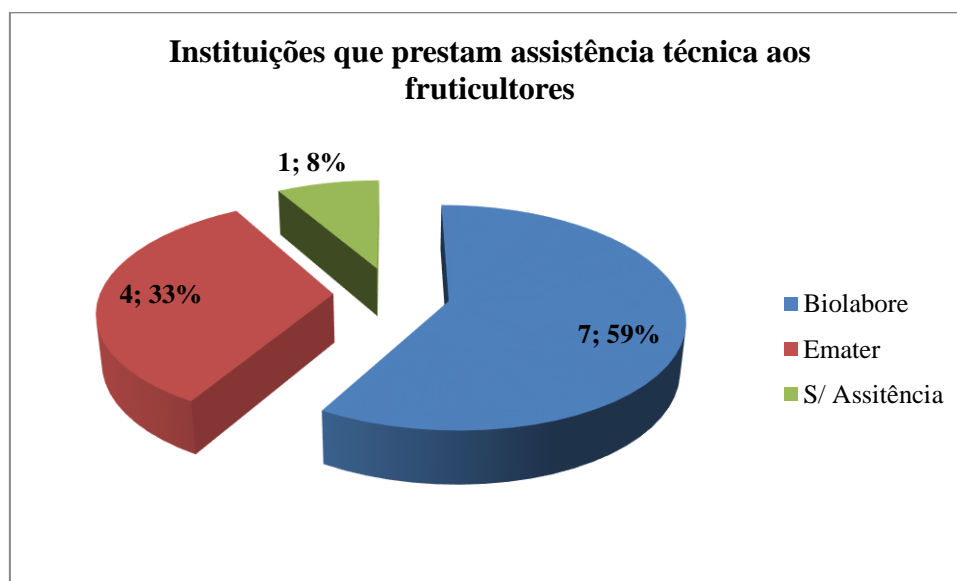
Por se tratar de uma pesquisa direcionada a agricultores familiares, dentre as propriedades visitadas, praticamente todas as propriedades produtoras de frutíferas são atendidas por assistência técnica, tendo como principais a Biolabore e a Emater.

A Biolabore é uma Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná, que foi fundada em 21 de novembro de 2005 e possui sede no município de Santa Helena. A sua missão é fornecer serviços técnicos especializados e produtos para o desenvolvimento sustentável. Os principais objetivos da Biolabore são o atendimento de seus associados em práticas agrícolas, pesquisas, acessórias técnicas, prestação de cursos e gestão (KLESENER, SCHNEIDER e BASSO, 2019, p. 2). A Biolabore entra no Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (Coresan), como integrante da sociedade civil e como atua em Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), com suporte a várias atividades relacionadas à agricultura familiar, desempenha papel importante em sanidade.

A Emater é uma instituição vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná, a qual foi fundada na década de 1950 com a missão de Promover o DRS coordenando, articulando e executando assistência técnica e extensão rural em benefício da sociedade paranaense. Tem como função institucional executar políticas públicas junto à população do meio rural, priorizando na ação as populações menos favorecidas. A operação de políticas públicas pressupõe a execução de programas instituídos pelos governos federal, estadual e municipal com objetivo de promover o DRS criando condições de melhoria da qualidade de vida da população rural, ampliação da renda dos agricultores e preservação ambiental do espaço rural (Secretaria da Agricultura e Abastecimento, 2020).

Pode-se verificar no Gráfico 5 os índices das instituições que prestam assistência técnica dentre os produtores de frutíferas entrevistados:

Gráfico 5 Instituições que prestam assistência técnica aos produtores de fruticultura.



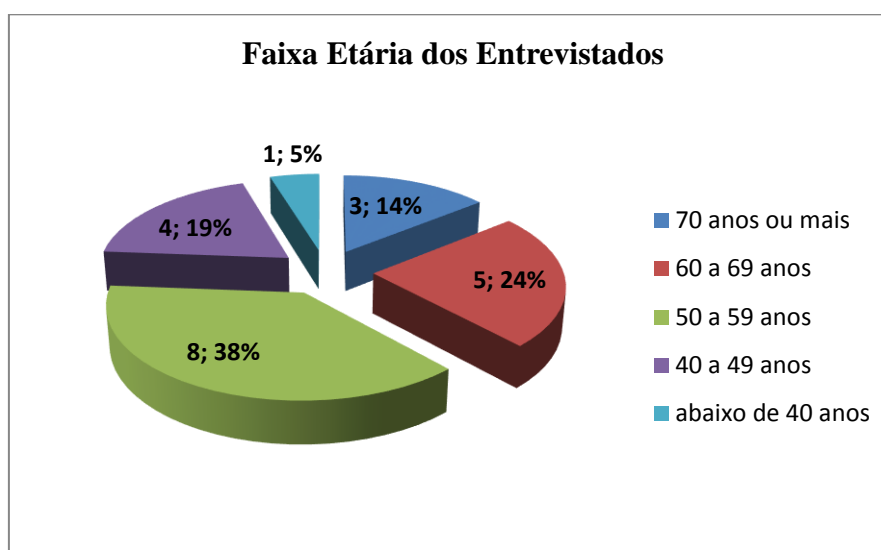
Fonte: Elaborada pelo autor (2020)

Os produtores da fruticultura têm a Biolabore e/ou a Emater como opção para lhes prestar assistência técnica com profissionais qualificados. Também podem recorrer a auxílios com a secretaria da agricultura do município, através do CAP. Para tanto, estes profissionais prestam assistência desde o preparo do solo, o manejo das plantas até as colheitas das produções.

Um tema bastante discutido com relação à agricultura familiar é a sucessão rural. Dentre as 21 pessoas entrevistadas percebeu-se uma situação preocupante com relação à sucessão familiar nas propriedades, pois destes, 3 já possuíam idades acima de 70 anos, 5 destes com idade de 60 a 69 anos, 8 entrevistados com idade de 50 a 59 anos, outros 4 com idade entre 40 e 49 anos e apenas 1 entrevistado com idade abaixo de 40 anos e dentre estes todos, apenas três entrevistados declararam que possuem, no momento, um integrante da família que irá suceder ou que a sucessão já vem ocorrendo, sendo dois com filhos já adultos e trabalhando ativamente na propriedade, que são os casos dos Entrevistados nº 2 e nº 5, e outro com filhos ainda crianças, mas já com uma campanha familiar de incentivo ao filho de que as oportunidades com a atividade no campo são diversas, caso do Entrevistado nº 6.

O Gráfico 6 apresenta a distribuição da faixa etária dos entrevistados:

Gráfico 6: Faixa etária dos produtores entrevistados



Fonte: Elaborada pelo autor (2020)

A falta de incentivo aos filhos, por parte dos pais, para sucessão rural pode ser reflexo de uma história de vida tomada por dificuldades enfrentadas no decorrer dos anos e/ou de trabalhos forçados muitas vezes com defasagem de ferramentas adequadas para o desempenho das funções no campo. Alguns dos entrevistados, principalmente aqueles de idade mais avançada, declararam que incentivavam os filhos a estudarem e procurarem uma vida melhor “longe de casa”, pois “na roça a vida é muito sofrida”.

Este fato desencadeia outro problema: a escassez de mão de obra para o desempenho das atividades que demandam um trabalho mais braçal, tal como a fruticultura. Com isso, os pais da família vão ficando mais velhos e com menos condições de desenvolver um trabalho mais forçado, ocasionando um abandono da atividade e reduzindo a diversificação de produção da propriedade.

O êxodo rural e a falta de sucessor na propriedade são fatores que contribuem para o processo de não diversificação das atividades na propriedade, forçando aqueles que ficam, já mais velhos, a optarem por atividades de commodities, para as quais existem máquinas e equipamentos para o desempenho dos trabalhos.

É importante considerar que existe uma parcela de famílias que, devido a fatores diversos, não mais desejam promover mudanças em seus sistemas produtivos que impliquem novos desafios e riscos os quais não mais desejam correr. Entre os fatores que podem ser mencionados, destacam-se os seguintes: restrição de mão de obra, falta de sucessão familiar e, ainda, os casais com idade próxima a receber o benefício da aposentadoria.

#### 5.4. POLÍTICAS PÚBLICAS

Atualmente é difícil pensar em pôr em prática um empreendimento agrícola ou pecuário sem que se tenha alguma política pública envolvida. Com a escassez de recursos por parte daqueles que pretendem investir, torna-se necessário recorrer a algum tipo de política pública.

Dentre os entrevistados produtores de commodities dos que produzem soja ou milho, todos sempre procuram financiamentos da linha de custeio agrícolas. Aos produtores de aves e suínos isso se torna mais necessário ainda, pois se trata de investimentos pecuários de alto valor inserido, o que exige a busca por recursos junto aos órgãos e instituições financeiras competentes.

Para a produção da fruticultura, dentre os entrevistados, todos relataram que seus investimentos iniciais procederam de recursos próprios, pois é difícil ter acesso a financiamentos para investimentos específicos na fruticultura, conforme declararam.

Outra questão com relação às políticas públicas dos produtores da fruticultura está relacionada com o mercado de direcionamento das produções. Os produtores têm como oportunidade de mercado a opção de entregar seus produtos por meio dos projetos PAA e PNAE, que garantem o acesso a todos os produtores e com boa rentabilidade, muitas vezes com preços acima da média de outros mercados.

Políticas públicas são fundamentais para definir o direcionamento dos investimentos das atividades na agricultura familiar. Com o acesso aos recursos os produtores conseguem dar continuidade aos seus projetos, impulsionando a economia local por meio da geração de renda para a unidade familiar.

Para estas famílias os gestores da política de extensão rural compreendem que outras políticas, de natureza interinstitucional e em sinergia com as políticas públicas de Estado, se fazem necessárias para que os agricultores possam viver no espaço rural garantindo as melhorias das condições de vida.

Em busca de informações junto a duas instituições financeiras do município de Santa Helena a respeito de ofertas de políticas públicas, ambas informaram que existe o programa PRONAF Mais Alimentos, com o uso de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e com taxas de juros bem atrativas, no qual a atividade da fruticultura se enquadraria tanto na linha de investimentos como na linha de custeios. No entanto, há a exigência da apresentação de um projeto técnico que deve ser aprovado pelo Comitê de Crédito da instituição, baseado na segurança econômica do financiado.



## 5.5. SATISFAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA

A qualidade de vida pode possuir inúmeras definições, está associada à percepção do indivíduo e sua posição na vida. A satisfação pelo trabalho e a qualidade de vida dos agricultores familiares foi uma das abordagens levantadas no decorrer das entrevistas. Pôde-se verificar junto aos entrevistados produtores de frutíferas, através de seus depoimentos, que estes estão satisfeitos com suas atividades.

Dentre os entrevistados que praticam a diversificação em suas propriedades, alguns mencionaram a questão da autonomia no desenvolvimento dos seus negócios por não estarem alienados à normas das cooperativas de produção e/ou outras empresas do ramo, pois produzem seus produtos e atendem os seus clientes livres de intermediários, o que também lhes proporciona uma melhor remuneração e autonomia, mas em contrapartida, possuem o risco de terem dificuldades da colocação de seus produtos no mercado.

A permanência da família no campo, é outra virtude que os agricultores argumentaram que lhes proporciona qualidade de vida e bem estar, pois assim os as famílias podem trabalhar juntos na produção do seu sustento e ainda possuem a possibilidade de prestarem serviços à terceiros para buscar uma renda adicional. No decorrer das visitas e entrevistas, não foi notado nenhum agricultor familiar que possui como atividades e/ou fonte de renda única a fruticultura, esta atividade pode ser conciliada com outras atividades.

De modo geral, todos os entrevistados representaram estarem satisfeitos com seus trabalhos, alguns um pouco mais, outros um pouco menos, podendo variar de acordo com suas atividade desenvolvidas em suas propriedades.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES

Nas entrevistas e conversas junto aos produtores rurais, foram identificadas diversas razões pelas quais estes adotaram a atividade da produção de frutíferas. Porém, percebeu-se que, dentre os entrevistados, esta atividade é adotada como mais uma opção que vem a agregar receitas as famílias. Percebeu-se que, alguns dos agricultores familiares entrevistados com fruticultura, possui alguma renda que não é proveniente da atividade agrícola, como aposentadoria e/ou serviços terceirizados. Entre os fruticultores visitados evidenciou-se o prazer e o bem-estar com a atividade como sendo uma das motivações de praticá-la. Alguns declararam que a atividade é uma terapia, pois ajuda a “descarregar o estresse”. Diante disso, pode-se constatar que as razões para cultivar fruticultura ultrapassam os elementos de ordem econômica. A fruticultura representa diversos significados para os agricultores familiares em Santa Helena. Observou-se também que aspectos de bem-estar físico e psicológico são acionados para justificar seus projetos de vida e de produção.

Para produzir a fruticultura, os agricultores familiares não necessitam demandar muito espaço de área; eles podem ajustar estes espaços de acordo com a demanda da força do trabalho e a variedade frutífera que melhor se adapta dentro do espaço disponível. Se há mais pessoas envolvidas na atividade, pode-se ampliar o espaço, sendo assim, tendo trabalho e renda distribuídos para mais pessoas, fortalecendo as relações familiares e sua permanência no campo.

A busca por mudanças no projeto econômico foi um dos motivos abordados por alguns dos agricultores familiares, que antes da fruticultura trabalhavam apenas com produtos agrícolas de commodities, o que também vinha prejudicando a saúde destes trabalhadores devido ao contato com agrotóxicos utilizados no manejo. A atividade da fruticultura não exige ou exige uma quantidade reduzida deste insumo para a sua produção, o que favorece na questão da saúde aos agricultores familiares. Alguns dos entrevistados têm o privilégio de possuir um espaço onde não há a aplicação de agrotóxicos em seu torno, o que pode influenciar na qualidade da produção.

Outra razão que encontramos para os agricultores familiares investirem e acreditarem no sucesso da produção de frutíferas é o investimento no conhecimento, pois é importante estar munido de informações sobre o tema para obter um bom desempenho na sua prática. Observou-se nas visitas que um jovem, também entrevistado, por meio de uma pesquisa envolveu-se com frutíferas após realizar estudo dentro de seu curso de graduação. Buscando aprofundar mais sobre o tema, hoje é o principal produtor de pitaya do município, onde inclusive técnicos da Emater e da Biolabore o visitam para, também, aprenderem sobre a produção. Dentre os demais

produtores de frutíferas entrevistadas, todos buscaram informações relevantes sobre o que pretendiam investir, a fim de proporcionar uma melhor qualidade na produção. Tem-se, assim, um processo de capacitação e profissionalização com diversos atores envolvidos e em cooperação.

Conhecendo e entendendo sobre os benefícios aos consumidores de uma alimentação saudável, permite que agricultores familiares perceberem as vantagens de produzir alimentos de qualidade ao mesmo tempo em que valorizam práticas tradicionais de produção e processamento em interface com os conhecimentos modernos. Tais elementos indicam cuidados com a dimensão da natureza, da saúde humana e da cultura. Estas condutas contribuem com o meio em que vivem e com quem está em seu entorno. Em uma entrevistada com uma produtora de agrofloresta, a qual também trabalha na atividade de educadora infantil, a mesma relatou que pretende transformar sua propriedade em um polo de estudos, a qual estará aberta para a visitação de pessoas, podendo ser disponibilizado cursos sobre o tema e/ou fazer visitas técnicas, principalmente com crianças da educação infantil a fim de já começar um trabalho de conscientização sobre a preocupação com a produção e consumos de alimentos de forma correta.

Quanto às ofertas dos produtos provenientes da agricultura familiar, a população de Santa Helena pode contar com mercados que oferecem produtos alimentícios de qualidade, sendo uma das opções visitar a feirinha do produtor rural que acontece pelo menos uma vez por semana em um local determinado ou se preferirem, os produtores podem entregar os produtos, previamente encomendados, diretamente em seus domicílios.

Dentre os produtores de fruticultura entrevistados, todos mencionaram que têm mercados para sua produção. Há casos em que o produtor não necessita sair de casa, pois os consumidores se deslocam até suas propriedades para adquirirem os produtos. Percebe-se uma relação de mercado de cadeias curtas, o que é um forte aliado aos produtores, os quais mantêm um vínculo de proximidade, que vai além com comercial, com os consumidores, mas também de confiança e amizade.

A busca pela diversificação das práticas de trabalhos e renda a fim de preencher seu tempo, levou alguns agricultores familiares entrevistados a adotar a produção de frutíferas enquanto parte da estratégia de produção e modo de vida.

Existem agricultores familiares que, por diversas razões, preferem não produzir frutíferas. A falta de conhecimento e informações sobre o tema é um dos fatores determinantes. Também, de acordo com os agricultores entrevistados da frutíferas, não houve registros de perdas de produção por falta de mercados

Por meio das entrevistas com os agricultores familiares, percebeu-se a necessidade de um estudo a respeito de demanda de políticas públicas adequadas para atender estas propriedades de forma equitativa, tanto de subsídios financeiros, mercados e assistências técnicas, dentro outros.

Desta forma, o presente estudo permitiu observar que existe uma diversidade de razões que são valorizadas pelas famílias tanto para produzirem e desenvolverem a fruticultura quanto para não praticar este cultivo. Esta diversidade de razões nos permite analisar a construção da realidade social em sua ampla complexidade, motivando novos estudos com tal perspectivas.

Na perspectiva do DRS, a atividade da fruticultura como alternativa de renda para a agricultura familiar é uma atividade que gera valor e valoriza os mercados de proximidade. Diante disso, fomenta e dinamiza a economia local. A fruticultura é uma atividade que tem uma maior demanda de mão de obra, favorecendo a permanência dos membros da família no campo e/ou tornando necessária a contratação de serviços de terceiros. Para a produção de frutíferas, de acordo com as visitas, existem, também, as opções de forma agroecológica e/ou em forma de agrofloresta, que isentam qualquer uso de agrotóxicos, gerando uma produção com qualidade diferenciada e mais demandada pelos consumidores por ser mais saudável.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. De volta para o futuro: mudanças recentes na agricultura familiar. **Seminário Nacional do Programa de Pesquisa em Agricultura Familiar da EMBRAPA**, v. 1, p. 17-27, 1997.
- ABRAMOVAY, R. **Do Setor ao Território: Funções e Medidas da Ruralidade no Desenvolvimento Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Texto para Discussão do IPEA n° 702, 2000. and *Descentralized Development in the Global Economy*. México: UNAM, abril de 1997 (mimeo).
- ABRAMOVAY, R., **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Qustão**. Hucitec / Anpocs / Unicamp: São Paulo / Rio de Janeiro / Campinas, 1992. Cap. 8. As Particularidades da Agricultura no Desenvolvimento Econômico. p. 209-247.
- ABRAMOVAY, R., SILVESTRO, M., MELLO, M. A. DORIGON, C, BALDISSERA, T.; **A Agricultura Familiar e Sucessão Familiar: Novos Desafios**, In Congresso Brasileiro de Economia e Sociedade Rural. 39. 2001. Recife-PE. Anais... Brasília: Sober, 2001.
- ABRAMOVAY, R., SILVESTRO, M., CORTINA, N., BALDISSERA, T., FERRARI, D., TESTA, V. M.; **Juventude e Agricultura Familiar: Desafios dos Novos Padrões Sucessórios**. Brasília: Unesco. 1998. 1ª Ed. 104p. ISBN 85-85014-37-7.
- ANDRADE, H. **Desenvolvimento Rural Sustentável “Uma Visão Territorial”**, Caderno de Formação, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, 2012.
- ARAÚJO, G. **Aspectos Sociais do Cotidiano da Feiras Livres: Um Estudo Etnográfico em Território Português e em Solo Brasileiro**. Maringá Management: Revista de Ciências Empresariais, v. 9, n. 2, p. 49-64, 2012.
- BASSO, D. **Racionalidades Modernas e Identidades Sócio Profissionais de Agricultores Familiares**. 2013. 240f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS. 20013.
- BASO, D; SILVA, N. L. S; DAVID, A. **Estratégias dos Agricultores Familiares Modernos com Racionalidade em Transição que Vivenciaram o Programa de Extensão Rural da Cressol Baser**. Revista Orbis Latina. Vol. 09, n° 1. P. 231-248. Foz do Iguaçu-PR. 2009. ISSN 2237-6976.
- BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. Editora Vozes. Rio de Janeiro, 2012.
- BOFF, L. **A Carta da Terra**. Valores e Princípios para um Futuro Sustentável. Edição do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis, Ministério do Meio Ambiente e Itaipu Binacional. Petrópolis, 2004
- BOFF, L., **Sustentabilidade: O que é – O que não é**. 5º Ed. Revista e Ampliada. Petrópolis-RJ. Vozes. 2016.
- BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, [www.ibge.org.br](http://www.ibge.org.br). Acessado em 10/07/2020.
- BRASIL, Presidência da República, Casa Civil, Lei nº 11.947, de 16 de Junho de 2009, **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica**; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília-DF, 16 de Junho de 2009.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil, Lei nº 10.696 de 02 de Julho de 2003, **Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências.** Brasília-DF, 02 de julho de 2003.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil, Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais,** Brasília-DF, 24 de julho de 2006.

CAZANE, A. L., MACHADO, J. G. C. F., SAMPAIO, F. F. **Análise das Feiras Livres como Alternativa de Distribuição de Frutas, Legumes e Verduras (FLV).** Informe Gepec, Toledo, v. 18, n. 1, p. 119-137, 2014.

CAPORAL, F. R., COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Sustentabilidade – Base Conceptual para uma Nova Extensão Rural.**

CHAVES, G. R. **Análise Sócio Econômica e Cultural da Feira Livre do Município de Remígio-PB.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2011.

DALCIN, D., TROIAN, A., 2009, **Jovens no Meio Rural a Dicotomia Entre Sair e Pertencer: Um Estudo de Caso, I Seminário Nacional de Sociologia&Política UFPR 2009 “Sociedade e Políticos nos Tempos de Incerteza”**

ESTENDER, A. C., PITTA, T. T. M., **O Conceito do Desenvolvimento Sustentável,** Revista Terceiro Setor, v.2, n.1, 2008.

FACCIN, O. P., SCHMIDT, C. E. F., **Sucessão nas Propriedades Rurais Familiares Integrantes de uma Cooperativa Agropecuária.** in, Reflexão Cooperativa. Porto Alegre-RS. 2014, p. 371-398. Disponível em [www.emater.tche.br](http://www.emater.tche.br). Acesso em 18.09.2017.

FACHINELLO, J. C, PASA. M. S., SCHMITZ, J. D., BETEMPS, D. L. **Situação e Perspectivas da Fruticultura de Clima Temperado no Brasil.** Revista Brasileira de Fruticultura. Jaboticabal-SP. Volume Especial. E. 109-120. Outubro 2011.

GRISA, C. **A Produção para Autoconsumo na Agricultura Familiar: uma Análise a Partir da Teoria da Sociedade de Risco.** Revista Varia Scientia. v. 8. n. 14. 2008. p. 171-200. ISSN 1981-481X

GRISA, C; SCHNEIDER, S. **“Plantar pro Gasto”:** A Importância do Autoconsumo entre Famílias de Agricultores do Rio Grande do Sul. Revista de Economia e Sociologia Rural. v. 46. n. 2. Piracicaba/SP. p. 481-515. 2008. ISSN 1806-9479.

Instituto Brasileiro de Fruticultura (IBRAF). **Boletim de Inteligência – Agronegócio – Fruticultura,** Editora Gazeta. 2015. Disponível em [www.bibliotecas.sebrae.com.br](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br), Acesso em 20/07/2020.

KISCHENER, M. A. **A Sucessão Geracional na Agricultura Familiar num Contexto de Mercantilização e Modernização: um Estudo de Duas Comunidades do Sudoeste do Paraná.** 2015. 175f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR. Pato Branco-PR. 2015.

KLESENER, H. M; SCHNEIDER, M. J; BASSO, D. **Cooperativa De Trabalho Biolabore: A Contribuição para a Agricultura Familiar e o Desenvolvimento Rural Sustentável.** II Seminário Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Unioeste – Campus de Foz do Iguaçu. 2019. Foz do Iguaçu-PR.

LASSU – Laboratório de Sustentabilidade. Departamento de Engenharia de Computação e Sistemas Digitais. Escola Politécnica. USP – Universidade de São Paulo. Disponível em <http://www.lassu.usp.br>. Pesquisado em 16/11/2020.

LONG, N., PLOEG, J. D. V. D., Heterogeneidade, Ator e Estrutura: para a Reconstituição do Conceito de Estrutura (1994). In: SCHNEIDER, S. [e] GAZOLLA, M. (Org.). **Os Atores do Desenvolvimento Rural: Perspectivas Teóricas e Práticas Sociais**. Porto Alegre: Editora UFRGS. 2011. p. 21-48.

NEVES, L. C., **Manual Pós-Colheita da Fruticultura Brasileira**; Londrina; EDUEL; 2009; 494 p. ISBN nº 978-85-7216-500-6.

PANZUTTI, N; MONTEIRO, A. V. **Agricultura Familiar e Políticas Públicas**. Cadernos Ceru. v. 25. n. 2. p. 131-145. 2014. ISSN 1413-4519

PENTEADO, S. R., **Manual de Fruticultura Ecológica – Cultivo de Frutas Orgânicas**; Campinas-SP; 2ª Ed. 2010. Edição do Autor 240 p. ISBN nº 978-85-907882-2-5

PEREIRA, V. G, BRITO, T. P, PEREIRA, S. B. **A Feira-Livre como Importante Mercado para a Agricultura Familiar em Conceição do Mato Dentro (MG)**. Revista Ciências Humanas – Educação e Desenvolvimento Humano. – UNITAU. Taubaté/SP. V. 10. Edição 20. 2017.

PEREIRA, E. F; TEIXEIRA, C. S; SANTOS, A. **Qualidade de Vida: Abordagens, Conceitos e Avaliação**. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte. São Paulo. V.26. n.2. p. 241-250. abr/jun 2012.

PERONDI, M. A. **Diversificação dos Meios de Vida e Mercantilização da Agricultura Familiar**. 2007. 239f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS. 2007.

PLOEG, J. D. V. **A Diversidade da agricultura familiar**. Org. Sérgio Schneider. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

PUNTEL, J. A., PAIVA, C. A. N., RAMOS, M. P., 2011, **Situação e Perspectivas dos Jovens Rurais no Campo**, IPEA<sup>47</sup> Code 2011, *Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos*.

RAMBO, A. G; FREITAS, T. D; RUDNIK, C. S; SCHNEIDER, S. **Da diversificação dos Meios de Vida ao Bem-Estar: Bases Teórico-Metodológicas a Partir do Estudo de Caso com Agricultores Familiares Produtores de Tabaco no Município de Arroio do Trigre-RS**. VI Seminário Internacional de Desenvolvimento Regional. Crise do Capitalismo, Estado e Desenvolvimento Regional. 22p. Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul-RS. 2013.

SIMONETTI, D; PERONDI, M. A; KIOTA, N; OLIVEIRA, J. R.; VALANDRO, K. **Os Processos de Diversificação da Agricultura Familiar: uma Revisão Literária**. SinergismusScientifica UTFPR. Pato Branco-PR. 2011.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. **Coleção Ideias Sustentáveis**. Organizadora: Paula YoneStroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. 96 p.

SANTOS-SEREJO, J. A., DANTAS, J. L. L., SAMPAIO, C. V.; COELHO, Y. S., (Editores Técnicos); **Fruticultura Tropical: Espécies Regionais e Exóticas**. Brasília-DF. Embrapa Informações Tecnológicas. 2009. 209 p. ISBN 978.85.7383.461-1.

SARACENO, E. Urban-rural linkages, internaldiversificationandexternalintegration: aneuropeanexperience. In: International Seminar on Rural Urban Linkages, Intermediate Cities  
SCHARF. R., **Manual dos Negócios Sustentáveis**. São Paulo-SP. Amigos da Terra –

Amazônia Brasileira. Fundação Getúlio Vargas. Centro de Estudos de Sustentabilidade. 2004. 176 p.

SCHNEIDER, M. J., **A Participação da Agricultura Familiar na Defesa do Direito à Alimentação Escolar Saudável no Município de Missal-PR**. Marechal Cândido Rondon-PR. Biblioteca da UNIOESTE. 2014.

SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na Agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 250 p. 2003.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, Vol. 30, N. 3, São Paulo, Jul./Set. 2010.

SCHNEIDER, S., ESCHER, F. **A Contribuição de Karl Polanyi para a Sociologia do Desenvolvimento Rural**. Sociologias. Porto Alegre-RS. Ano 13. Nº 27. 2011. P. 180-219.

SCHNEIDER, S., **A Presença e as Potencialidades da Agricultura Familiar na América Latina e no Caribe**. Redes (St. Cruz Sul, Online), v. 21, nº 3, p. 11 - 33, set./dez. 2016.

SCHNEIDER, S., **Construção de Mercados e Agricultura Familiar**, 1º, Chapter: 4, Publisher: UFRGS, Editors: MARQUES, F. C. (Org.) ; CONTERATO, Marcelo Antônio (Org.) ; SCHNEIDER, Sérgio (Org), 2016. pp.93 – 142.

SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO DO ESTADO DO PARANÁ. Emater – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. [www.emater.pr.bov.br](http://www.emater.pr.bov.br). Acesso em 24 de fevereiro de 2020.

SILVA, S. A. D; COSTA, M. H. B. C; GUIMARÃES, S. M. **Políticas Públicas Voltadas para a Agricultura Familiar: Aspectos Conceituais**. Revista Acadêmica Conecta FASF. FASF - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto São Francisco. v.1. n.1, 2016. ISSN: 2525-3158.

TASCHETTO, P. R., WALKOWICZ, J., (2007). A Realidade da Agricultura Familiar no Oeste do Paraná. In: **Gestão das Unidades Artesanais na Agricultura Familiar: Uma Experiência no Oeste do Paraná**. Cascavel-PR. EDUNIOESTE. Cap. I, p. 23-34.

VEIGA, J. E., ABRAMOVAY, R., EHLERS, E. (2003). Em Direção a uma Agricultura mais Sustentável. (In) RIBEIRO, W. (Org.). **Patrimônio Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Edusp/Imesp, pp. 305-333.

WAQUIL, P. D., MIELE, M., SCHULTZ, G. **Mercado e Comercialização de Produtos Agrícolas**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

WESZ JUNIOR, V. J. W., ROTH, J. D., MATTOS, V. M. M., FERREIRA, A. M. R. M.; TRENTIN, I. C. L.; **Os Novos Arranjos do Êxodo Rural: A Evasão Temporária de Jovens Agricultores Familiares Gaúchos**. *XLIV Congresso da Sober “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento*.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008. (Estudos Rurais).

ZAR, M. H; CARNIEL, S. M. **Novas Estratégias para Trabalhar com a Disciplina de Geografia no Ensino Fundamental**. Revista Bibliográfica de Geografia Y Ciencias Sociales. Universidade de Barcelona ISSN: 1138-9796. Depósito Legal: B. 21.742-98 Vol. XVIII, nº 1041, 15 de septiembre de 2013. Disponível em [www.ub.edu](http://www.ub.edu). Acesso em 24 de fevereiro de 2020.



ZAMPIERI, S. L., **Método para seleção de indicadores de sustentabilidade e avaliação dos sistemas agrícolas do Estado de Santa Catarina**. 2003. 227f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2003.

ZANCO, A. M.; Eggers, A.; KLESENER, H. M.; HORT J. V.; NANDI, T. F. A. (2017) Ética e a Bioética na Produção, Organização e Consumo de Alimentos: desafios para a Segurança Alimentar. In: Ahlert, A.; Neukirchen, L. C. **Ética e Bioética do Desenvolvimento Sustentável**. Curitiba-PR. CRV. Cap. VI, p. 177-212.

## **APÊNDICE A – Roteiro e Relatórios das Entrevistas aos Agricultores Familiares.**

### **Roteiro**

- Trajetória de vida e produções;
- Mercados;
- Fruticultura;
- Diversificação
- Perspectivas;
- Tecnologias e assistência técnica;
- Agricultura familiar e sucessão rural;
- Políticas públicas;
- Satisfação e qualidade de vida.

### **Relatórios**

Dentre os agricultores familiares entrevistados, existem produtores de frutíferas e não produtores de frutíferas, sendo que: dentre os Entrevistados 1 e 12, são produtores de frutíferas. Os demais Entrevistados não produzem frutíferas.

#### **Entrevistado 1. Mulher (55 anos de idade)**

Micro produtora da atividade rural, a Entrevistada é uma mulher que iniciou a atividade de fruticultura já a alguns anos para “desestressar”, conforme argumenta. Atualmente viúva e aposentada, passou grande parte de sua vida trabalhando como empregada doméstica e outras atividades do gênero. Possui uma área de pouco mais de 3500 m<sup>2</sup>. É muito atuante na feirinha da cidade, a qual é uma das fundadoras, que acontece uma vez por semana, onde ela vende seus produtos, dentre os quais, derivados de farinhas (pães, cucas, bolachas, bolos, salgados, etc...) e os derivados das frutas que produz, como doces, geléias e/ou *in natura* (congelada). Dóris possui várias espécies de frutas em sua pequena propriedade, tais como: amora, acerola, figos, ameixa. Está iniciando com o cultivo de abacaxi e maracujá. Ela percebeu, através de conversa com seus próprios clientes na feirinha que o nicho de mercado está timidamente, sofrendo algumas alterações, pois as pessoas estão comprando menos produtos derivados de farinha e partindo mais para produtos naturais, visando a segurança alimentar e alimentação saudável. Por isso um dos motivos de, tempos pra cá, estar direcionando seu trabalho mais para o ramo de frutas. A Entrevistada está sempre se atualizando à novas tecnologias e informações a respeito de seus trabalhos, pois acompanha frequentemente as novidades em feiras tecnológicas e

exposições que acontecem na região. É atendida pela assistência técnica da Biolabore, que lhe orientam nas melhores formas de produção de alimentos. Percebe-se um carisma especial pelo seu trabalho e, como ela própria diz: “tem que ter amor pelo que a gente faz e eu amo fazer o que eu faço, adoro mexer com minhas frutas”.

**Entrevistado 2. Homem (76 anos de idade)**

Pequeno produtor rural, imigrante do Estado do Rio Grande do Sul a mais de 50 anos, estabeleceu residência na comunidade onde ainda reside. Iniciou a implantação da atividade de fruticultura a pouco mais de 20 anos, motivado pelo pensamento de “fazer algo diferente dos outros”. Sua principal produção é a de ameixas, com quase mil pés produzindo. Já produziu outras espécies de frutas, como a banana, que ainda possui muito pouco devido a sua fragilidade com os intempéries naturais (tormentas e geadas) e o abacaxi, o qual produzia mais de 15 mil quilos/ano, da variedade pérola, porém foi convencido à mudar a variedade, por técnicos da prefeitura municipal da secretaria da agricultura, para outra variedade, que produz uma fruta de maior porte, vinda a adquirir pelo menos 10 mil mudas, mas não teve êxito por causa da grande manifestação de doenças que atingiam esta variedade, deixando esta produção em dois anos. Além da produção de frutas da ameixa, o Entrevistado produz mudas para vender, sendo muito grande sua procura até mesmo por técnicos profissionais de outros estados, tendo já dado cursos de produção de mudas nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. Quanto ao mercado das frutas produzidas pelas ameixeiras, é totalmente informal, de forma que por ser o principal produtor da região, e já muito conhecido, as pessoas vão até sua propriedade para adquiri-las e estas próprias fazem as colheitas, na modalidade “pegue e pague”. Já foi convidado também por técnicos da Emater para dar cursos de produção de mudas, pois seu método é muito eficiente. Faz mudas de uma, duas ou até três variedades em cima de um mesmo cavalo. A sua produção é totalmente orgânica, não passa nenhum tipo de agrotóxicos. O controle de pragas se dá por meio de uso de armadilhas e pulverização de produtos não tóxicos. Na tentativa de produção de mudas de frutas cítricas, foi impedido pela vigilância sanitária devido ao risco de infestação de doenças das variedades. O Entrevistado possui três filhos, dentre quarenta a cinquenta anos de idade. O mais velho está reside em Rio Grande do Sul e trabalha com fábrica de móveis, o mais jovem trabalha em uma propriedade de produção de suínos e o do meio é o único que reside na propriedade do pai, porém não trabalham em conjunto. Presta serviços em outra propriedade do ramo de avicultura e parte do tempo produz hortaliças em parte da área cedida pelo pai. O Entrevistado vê a fruticultura como uma grande alternativa de renda para os pequenos produtores rurais e para a agricultura familiar. Apesar de

grande demanda de esforço físico, um dos principais fatores da rejeição de seu cultivo, a fruticultura é uma realização pessoal para o Entrevistado, que faz dela não somente um trabalho, mas um lazer, como ele próprio diz “se algum dia eu não estou passando bem, é só dar uma volta por aí e mexer com minhas mudinhas ou colher algumas frutas que logo fico bom”. Percebe-se nitidamente, através de sua fala, uma grande afeição e carinho por parte do Entrevistado pelo seu trabalho.

### **Entrevistado 3.** Homem (54 anos de idade)

Sempre foi produtor rural, tendo migrado de Erechim – Estado do Rio Grande do Sul no ano de 1971, se instalando no atual endereço onde ainda permanece. Além de produzir soja e milho, tem como tradição a produção de uvas, sendo mais recentemente auxiliado pela Emater, porém aborda que o clima não é propício para a produção. Destina sua produção de uva em mercados próximos, sendo parte *in natura* e parte processada em suco e/ou vinho. Produz outras frutas, como figo, laranja, pêssigo, mas apenas para consumo. Quanto à fruticultura, pela sua experiência, percebeu-se que o manejo da produção deve ser de acordo com a região que está inserida, pois o clima interfere muito neste quesito. Seu irmão e vizinho também é produtor de uva, porém cada qual com sua produção. Para ter sucesso, tem que ter “no sangue”. Apesar de julgar uma produção muito trabalhosa, gosta muito da atividade, o que lhe dá forças para continuar. É atendido pela assistência técnica da Emater, porém não adequada conforme deveria, pois teria que ter mais pesquisas de outras variedades de frutas para haver uma maior diversificação. Os trabalhos na propriedade são desenvolvidos pela estrutura familiar (casal e um filho jovem), bem como o manejo da produção de uva. A volatilidade do clima interfere na produção. Possui 900 pés de uva plantados, o que ocupa uma área de aproximadamente 3.600 m<sup>2</sup> e é muito rentável, bem superior ao agronegócio. Não acompanha inovações tecnológicas, prefere manter o método tradicional. Queixou-se muito do clima, do calor, até tentou aplicar irrigação, mas não viu vantagem. Não vê muitas expectativas boas a respeito da atividade.

### **Entrevistado 4.** Homem (25 anos de idade)

O Entrevistado é graduado em agronomia pela PUC de Toledo e é servidor público federal, cargo de técnico de laboratório de biologia na UTFPR, Campus de Santa Helena. Por ser filho de produtor rural e residir no sítio dos pais, possui boa experiência no ramo da agricultura. O seu interesse pela produção da fruta pitaya, surgiu a partir do desenvolvimento de um trabalho do seu curso de graduação, referente à produção de fruticultura, juntamente com

seu grupo deveriam fazer uma experiência da produção de pitaya, fruta exótica de origem mexicana e pouco popular em nossa região, sendo que percebeu a sua viabilidade de retorno, apesar de não haver outros produtores desta fruta. O Entrevistado confessa que houve grande dificuldade no início, devido principalmente à falta de informações e conhecimento por parte dos órgãos de prestação de assistência técnica e teve que, sozinho, buscar informações em lugares mais distantes e/ou através de sites tutoriais na internet. Para a produção da pitaya, Entrevistado iniciou com uma área de aproximadamente 1500 m<sup>2</sup>, cedida da propriedade de seu pai, que possui aproximadamente 12 ha e trabalha com a produção de agronegócios – soja e milho - onde plantou em torno de 320 mudas da fruta, adquiridas com recursos próprios. Uma das dificuldades foi convencer seu pai a ceder este espaço, sendo que não acreditava na produção e considerava inviável, mas já na primeira produção, percebeu suas vantagens de atualmente Entrevistado possui um espaço de aproximadamente 1 ha destinada para a produção da pitaya. Entrevistado percebe a fruticultura como uma grande alternativa para as pequenas propriedades e que deveria haver maiores incentivos por parte das políticas públicas, não somente financeiros, mas uma campanha de conscientização dos produtores sobre a fruticultura como realmente uma alternativa de diversificação e alternativa de renda, pois uma das grandes dificuldades é mudar os costumes das pessoas e garantir a sua segurança, de que sua produção terá um mercado para absorver. Entrevistado demonstrou interesse em produzir outras frutas, como a maracujá, por exemplo, mas requer muitos investimento. A pitaya ainda pode ser processada, produzindo doces, geléias, sorvetes e/ou sucos, agregando valor ao seu fruto. No início, os assistentes técnicos da Emater da região não possuíam conhecimento do manejo da produção da pitaya, mas, percebendo a viabilidade da variedade, buscaram informações para auxiliar também outros produtores interessados. A produção das mudas da pitaya para venda, também podem ser uma alternativa de renda. Entrevistado aborda que a produção pode chegar até 40 ton por ha, de acordo com o clima. Segundo pesquisas, na região sul do Brasil, a média é de produção gira em torno de 15.000 ton/ha, podendo ser vendida à até R\$ 15.000,00 a ton, dependendo do período da produção. Na sua área, de 1500 m<sup>2</sup>, Entrevistado produziu cerca de 400 kg da fruta e vendeu a aproximadamente R\$ 15,00 o quilo, faturando em torno de R\$ 6.000,00, o que representa um faturamento médio aproximado de R\$ 40.000,00/ha, sendo a primeira safra e as mudas ainda não estão ainda em seu total potencial de produção. Entrevistado sempre acompanha as novas tecnologias para aprimorar sua produção de pitaya e ainda tem a opção de, em caso de necessidade, implantar irrigação. A última produção, Entrevistado vendeu somente para pessoas próximas (vizinhos, colegas de trabalho, etc...), mas com a ampliação e a previsão do aumento da produção, pretende buscar novos mercados.

#### **Entrevistado 5.** Homem (64 anos de idade)

Pequeno produtor rural, reside na localidade à 13 anos. Possui uma propriedade de 5 ha. No distrito de São Clemente. É produtor de uva em parceria com seu irmão, que é vizinho também. Não possui lavoura, planta também pastagem e um pouco de milho para silagem. Possui algumas vacas de leite que contribui na renda familiar. Vive com sua esposa e um filho adotivo de 15 anos de idade que ajuda nos trabalhos da propriedade. O casal conta também com os recursos de suas aposentadorias. Quanto à produção de uvas, o Entrevistado declara que já possuía interesse em plantar um pouco para o seu consumo, pois sua propriedade está em um local privilegiado para esta produção, por ser terra quebrada, não tem produção de agronegócio em seu torno. Em encontros e palestras promovidas pela Emater na comunidade local, surgiu a idéia de plantar uva para a comercialização. Em conversa e auxílio com os assistentes técnicos da Emater, plantou 200 mudas de uva, de três variedades. As vendas da produção, acabam se distribuindo no mercado local direto ao consumidor. Irineu não tem a intenção, no momento, de ampliar a área de produção de uva, apesar de possuir acompanhamento técnico da Emater, mas apresentou a intenção de investir na produção de abacaxi, para fomentar a permanência de seu filho na propriedade. Irineu não buscou recursos de políticas públicas, fez o investimento com recursos próprios.

#### **Entrevistado 6.** Homem (40 anos de idade)

O Entrevistado reside na comunidade de Linha Santa Clara desde o seu nascimento, na mesma propriedade, de seus pais, já idosos e aposentados. A propriedade possui aproximadamente 13 ha. Possui uma irmã, casada, que reside em outra localidade. Desde criança habituou-se em trabalhar com a produção de fumo, algodão e vacas de leite. Devido a uma crise na produção de leite e outras atividades na propriedade, no ano de 2000, Ademir já com 20 anos de idade, chegou a pensar em largar o trabalho no campo e procurar outras oportunidades na cidade, momento em que surgiu a oportunidade da construção de um aviário para produção de frangos, integrado à uma cooperativa da região, conciliando esta atividade também com a produção do bicho da seda, o que lhe motivou a permanecer trabalhando na propriedade em parceria com seus pais. Já em 2010, então com dois aviários automatizados e já não mais trabalhando com o bicho da seda e com a intenção de parar com a produção leiteira, o Entrevistado viu a oportunidade de partir para o ramo da fruticultura, com a produção de bananas. A assistência era particular. Logo associou à Cooperativa Coofamel e passou a fazer entrega da produção nos planos PAA e PNAE, então procurou a assistência da Emater a fim de

construir uma estufa para amadurecimento nivelado dos frutos, passando também a entregar sua produção para os mercados na do próprio município e receber assistência também da Biolabore. O Entrevistado tem interesse em ampliar sua produção para outras variedades de frutas, porém sente deficiência de mão de obra. Questionado sobre a questão de se ele tivesse largado o campo a 20 anos atrás, o Entrevistado se emociona, pois alega que a opção em permanecer na propriedade foi sua salvação. Alega que hoje os produtos coloniais estão sendo muito procurados, as pessoas querem qualidade na alimentação. O Entrevistado declara gostar muito de seus trabalhos e que, inversamente do que muitos falam, a lavoura dá qualidade de vida sim, a lavoura, mesmo sendo pequena, pode-se produzir e ter boa renda, basta ter vontade. A produção da fruticultura é uma das melhores alternativas para o pequeno produtor, pois em pouco espaço, se produz de forma muito rentável. Um dos riscos para a sua produção de banana são os intempéries da natureza, como geada e vendaval. O Entrevistado já faz campanha para seu filho continuar suas atividades e investir ainda mais na fruticultura.

#### **Entrevistado 7. Mulher (40 anos de idade)**

A Entrevistada reside na propriedade desde que nasceu. A propriedade pertence à sua família a várias gerações, tendo sido adquirida a mais de 100 anos, ela acredita que pelo seu bisavô, que residia no Estado do Rio Grande do Sul, porém, vieram a residir e explorar somente em 1966. A Entrevistada é solteira e reside na propriedade com mais duas pessoas, que também lhe auxiliam nas atividades, pois seus pais, devido à doenças, tiveram que se mudar para a cidade. Dos 170 ha iniciais, sua família ainda possui pouco mais de 30, pois pelo menos 70 ha foram indenizados com a subida do Lago de Itaipu e o restante foram divididos entre os herdeiros antecessores. Além da atividade de agricultora, a Entrevistada também é professora do ensino fundamental séries iniciais e procura conciliar ambas as atividades a pouco mais de dois anos, quando se viu na obrigação de assumir as atividades da agricultura para que seus pais não vendessem a propriedade. A maioria do espaço da terra está arrendada para terceiros, sobrando aproximadamente 1ha, que a Entrevistada explora com a atividade de agrofloresta, atividade esta idealizada pela Biolabore, a qual presta assistência técnica. No princípio, a Entrevistada tomou a iniciativa de contratar um pessoal especializado em agrofloresta e sustentabilidade para dar um curso, aberto para demais participantes, que aconteceu por dois dias na sua propriedade. Inicialmente, A Entrevistada investiu recursos dos seus salários de professora e a aproximadamente 6 meses seus investimentos começaram a dar retorno através de vendas de produtos diretamente aos consumidores, onde são montados kit's de alimentos em forma de cestas e entregues nas casas dos cliente e a divulgação é feita através de redes sociais.

Esporadicamente há a necessidade de contratação de mão-de-obra de terceiros para desempenhar trabalhos que exigem maiores esforços. Atualmente a principal produção são as hortaliças com algumas poucas variedades de frutas, porém está avançando para outras, o que ainda está sendo estudado qual variedade adotar. Percebe-se a satisfação da Entrevistada em seu trabalho e sua relação com a terra e defende muito a questão da sustentabilidade e meio ambiente. A Entrevistada tem a visão de, futuramente, explorar sua propriedade como ambiente aberto para estudos.

**Entrevistado 8.** Homem (63 anos de idade)

O Entrevistado, é nascido em Getúlio Vargas, Estado do Rio Grande do Sul, vindo ainda criança para Santa Helena com sua família, a qual se instalou na propriedade onde ainda o mesmo reside, também herdou parte do total inicialmente adquirido pelos seus pais. O Entrevistado, possui aproximadamente 12 ha, na qual sua principal atividade é o agronegócio (soja e milho), porém, diferentemente de seu irmão, o Entrevistado viu a fruticultura como uma oportunidade de transformar seu tempo ocioso em uma alternativa de renda para sua família, atualmente ele e sua esposa. Possui um filho que reside na propriedade, porém não trabalha com a atividade agrícola. O Entrevistado reservou de sua propriedade um espaço de aproximadamente 1500 metros quadrados para dedicar à produção de maracujá, o que lhe proporciona uma boa renda com a entrega dos produtos pelos planos PAA e PNAE. Ele teria a opção de ampliar a área, mas atuar sozinho com a atividade, acredita que não daria conta dos serviços, que exige muita dedicação. Por ser pequeno agricultor, o Entrevistado viu na fruticultura não somente uma alternativa de renda, mas também uma atividade que lhe proporciona prazer em estar contribuindo para uma alimentação saudável das pessoas. É atendido por técnicos da Emater e da Biolabore, que lhe orientam nos procedimentos da produção da maracujá. O Entrevistado percebe a importância da diversificação para o pequeno agricultor, mas nos ramos de uma produção de alimentos saudáveis, pois já teve propostas de trabalhar com a atividade de avicultura e suinocultura, mas optou em não o fazer, pois acredita que estaria refém do sistema de integração atualmente adotado pelas empresas do ramo. Percebe-se a satisfação e orgulho do Entrevistado para com sua produção de frutas, e relembra, “se eu tivesse mais forças, ampliaria para outras culturas de frutas”.

**Entrevistado 9.** Homem (48 anos de idade)

O Entrevistado é nascido em Santa Helena, porém passou parte de sua vida residindo no Paraguai, então, já a 14 anos seu pai resolveu vender a propriedade naquele país e voltou



para o Brasil, adquirindo a presente propriedade. Por ser uma localidade de difícil acesso e relevo da terra, o agronegócio não é viável, gerando assim uma grande oportunidade de diversificar a sua produção. A maioria dos anos, o Entrevistado trabalhou com a produção de leite, sendo que em torno de 5 anos, através de uma visita de um técnico da empresa Biolabore em conjunto com o CAP (Centro Avançado de Pesquisa), quando viu a oportunidade de buscar mais alguma alternativa de renda, então adquiriu aproximadamente 3000 mudas de abacaxi e iniciou a sua produção. Inicialmente, o Entrevistado ficou um tanto apreensivo, devido à dúvida quanto ao mercado, mas com o auxílio de um amigo, fez a divulgação de seus produtos em redes sociais, o que lhe proporcionou uma boa clientela de pessoas que vão até sua propriedade buscar a fruta. O Entrevistado já ampliou sua área de produção e intercala sua produção de ano em ano, assim produz todos os anos. O Entrevistado já efetuou o plantio de outras variedades de frutas também, como o maracujá, morango e uva, porém estes ainda não estão produzindo, e demonstrou interesse em uma futura produção de pitaya. O Entrevistado reside com sua esposa e filha e possui uma área aproximada de 3 ha. Além de produzir as frutas e leite, o Entrevistado presta serviços à terceiros para compor a renda familiar. O Entrevistado ressalta a viabilidade da diversificação da produção na pequena propriedade, que, apesar de ser trabalhoso a produção da fruticultura, é muito satisfatória. Atualmente, a empresa Biolabore continua prestando assistência técnica para a família e implantando novas tecnologias para melhoria da produção. É nítida a satisfação do Entrevistado quanto à sua propriedade e sua produção, além do mais, possui um pequeno açude onde produz tilápia, apenas para o consumo familiar. O Entrevistado acredita que muitos pequenos produtores que não diversificam sua propriedade, com a fruticultura ou outros, seja a falta de informações da preocupação com o mercado, mas afirma que mercado sempre tem, as pessoas vem de longe para buscar um produto de melhor qualidade.

#### **Entrevistado 10. Mulher (51 anos de idade)**

A Entrevistada é nascida em Santa Helena, casada com Ricardo Finger e mãe de três filhas, já adultas, sempre residiu na localidade de São Roque. Seu marido é professor estadual, mas também são produtores de suínos e gado de corte. O casal sempre produziram frutas em sua propriedade e investiram mais profundamente na produção de acerola, por se tratar de uma cultura que não há necessidade de uso do agrotóxico. São quarenta pés produzindo em seu total potencial, o que ocupa uma área de aproximadamente 400 metros quadrados. Além da acerola, a Entrevistada investiu na produção de goiaba, porém não lhe agradou muito devido a necessidade do uso de agrotóxicos e está tentando uma alternativa diferenciada para este fruto.

A Entrevistada buscou informações junto ao CAP (Centro Avançado de Pesquisa) para iniciar o cultivo e a Emater, a qual lhe presta assistência técnica. A intenção da família é de produzir frutas para o consumo e comercializar o excedente e atualmente entrega aproximadamente 150 kg in natura por mês para uma empresa de processamento do município. Questionada quanto à agregação de valor da fruta, ela disse que já pesquisou a respeito, porém teria que adequar às normas da vigilância sanitária, o que lhe geraria muito custo e não seria viável no momento, talvez futuramente quando fosse produzir mais e/ou mais variedades. A Entrevistada percebe a fruticultura como uma excelente alternativa para àqueles produtores que possuem uma pequena propriedade e acredita que muitos pequenos produtores deixam de produzir frutas por insegurança de mercado. É uma grande opção de diversificação da propriedade a fim de buscar novas fontes de renda familiar e não se ater a apenas uma ou outra cultura. Ela diz que a produção de frutas é muito prazerosa e que pretende ampliar sua produção, buscando novos métodos e técnicas de produção e diversificação de espécies de frutas.

**Entrevistado 11.** Homem (62 anos de idade)

Pode-se dizer que o Entrevistado é um fruticultor urbano, aposentado como auditor fiscal da receita federal, o Entrevistado possui dentro do perímetro urbano da cidade de Santa Helena uma área de 2.400 metros quadrados onde produz inúmeras variedades de frutas, na sua maioria exóticas. Sua produção é basicamente para o consumo familiar, porém comercializa na cidade, direto ao consumidor, a produção excedente e investe os recursos das vendas de volta para o melhoramento da sua produção. As variedades que mais se destacam são a pitaya, a qual já produz também as mudas para vender, o abacaxi, com aproximadamente 800 mudas já produzindo e a lúcia, que vende em embalagens de pequenas proporções. O Entrevistado destaca que sua dependência financeira não provém da produção de frutas, pois se dedica à produção para preencher seu tempo ocioso e pelo prazer de estar em contato com a terra, o que beneficia sua saúde. Questionado sobre a fruticultura como alternativa de renda para a agricultura familiar, o mesmo aborda como sendo muito viável, porém alerta para alguns cuidados, tais como a diversificação, pois uma única cultura pode ter alguns riscos. Também destacou a questão da dedicação pelo trabalho, pois se o produtor não estar bem consciente e preparado quanto a isso, não produzirá de acordo com sua necessidade, porque se refere à uma atividade de constante cuidados, desde a sua implantação. Outra atenção que o produtor deve observar, destaca o Entrevistado, é quanto aos mercados onde o produtor estará esvaindo sua produção, pois os clientes estão cada vez mais exigentes, o que demanda uma qualidade melhor dos

produtos. Percebe-se uma relação muito forte do Entrevistado com sua produção. Vale destacar que todo trabalho deve ser prazeroso para quem estiver desempenhando.

**Entrevistado 12.** Mulher (52 anos de idade)

Produtora de morangos, nascida no Estado do Rio Grande do Sul, reside no endereço atual há quatro anos. Possui sua produção de morangos em uma estufa com pouco mais de 100 metros quadrados. A Entrevistada declarou que sempre admirou a planta do morango, assim como a sua fruta, por se tratar de uma fruta exótica e de sabor único. Através de uma visita a um produtor do Rio Grande do Sul, despertou o seu interesse pela produção e iniciou a atividade a pouco mais de um ano, utilizando recursos próprios nas despesas com os investimentos iniciais, como estufa, adubação e mudas da fruta. A Entrevistada é funcionária pública à dez anos na função de técnica de enfermagem junto à rede municipal de saúde e diz que o trabalho com a produção de morangos lhe ajuda como uma terapia e concilia bem as duas atividades. Quanto a assistências técnicas, a Entrevistada declarou que recebeu algumas instruções da firma que lhe vendeu a estufa, posteriormente recebeu uma visita de um profissional técnico da Emater, sendo a única. Tempo depois entrou em contato com um produtor de morangos de um município vizinho o qual lhe passou o contato de um agrônomo da Federação da Agricultura do Estado do Paraná – FAEP e pagou por uma visita de assistência técnica, mas atualmente não possui nenhum profissional lhe prestando auxílios. Tendo um tempo livre, a Entrevistada procurou diversificar suas atividades, promovendo uma nova fonte de renda. A mesma vende sua a maioria de sua produção diretamente aos consumidores, dentre os quais, muitos buscam a mercadoria no próprio local de produção. A entrevistada possui uma filha jovem que lhe auxilia na atividade. Questionada quanto à satisfação com os trabalhos de produção de morangos, a mesma declara estar muito contente, pois além de lhe proporcionar uma renda adicional, é muito prazeroso produzir e ver o sucesso dos resultados.

**Entrevistado 13.** Homem (50 anos de idade)

Pequeno produtor rural, de família imigrante do Estado do Rio Grande do Sul, sempre trabalhou na agricultura. Já mora na comunidade de Esquina Céu Azul há aproximadamente 45 anos com sua esposa e filha adolescente. Atividade principal, produção leiteira, com um rebanho de 15 cabeças. Também produz em pequeno espaço soja e milho, este segundo para trato animal – silagem. Quanto ao leite produzido, entrega quase que em sua totalidade para um laticínio da região e pequena parte usa para consumo e produção de alimentos derivados de

farinha (pães, bolachas, salgados, etc...), os quais sua esposa comercializa na feirinha da cidade, que acontece uma vez por semana, que ajuda a compor a renda da família, além da produção de subsistência. Questionado sobre a atividade da fruticultura, o Entrevistado diz que nunca fez parte de seus projetos de vida, apesar de já ter ouvido falar muito por produtores e pesquisadores do CAP, referindo-se à sua boa viabilidade pelas sua diversificação, porém, devido à tradição, prefere manter-se na produção que atualmente trabalha. Referiu-se também que para mudar de ramo, a pessoa deve “mudar a sua mentalidade, o que não é simples”, demonstrou insegurança a respeito de mudar de cultura, talvez medo do desconhecido, argumentou quanto a questão do tempo de retorno da nova atividade (fruticultura), que pode ser demorada, vindo a poder sofrer com isso, principalmente na questão financeira, mas reconhece que se dependesse apenas do cultivo de *commodities* (soja e milho) seria inviável para sua pequena propriedade. O Entrevistado menciona sobre uma reportagem recente que assistiu na televisão, que abordava ao aumento da produção de soja e milho no Brasil, mas que, em contrapartida, houve um declínio nas atividades provenientes da agricultura familiar, a qual é a principal produtora e fornecedora de alimentos. Acredita que um dos grandes fatores que dificultam a atividade na agricultura familiar é a questão da sucessão, onde os filhos não permanecem mais no campo, pois vão em busca de outras oportunidades, porém percebe uma diminuição deste acontecimento com a oferta de políticas públicas.

**Entrevistado 14.** Homem (75 anos de idade)

Pequeno produtor rural residente na comunidade local a mais de 50 anos, casado, ambos aposentados, sempre trabalharam com produção de *commodities* (soja e milho) e, mais recentemente, na atividade de produção do fumo. Também produz alguns alimentos para subsistência da família, hortaliças e carnes. Atualmente seus filhos são quem puxam a frente nos trabalhos, porém, ainda a propriedade é administrada pelo pai. Possui três máquinas colheitadeiras e um caminhão, no qual presta serviços pra terceiros. Quanto à atividade de fruticultura, o Entrevistado que já tentou produzir maçã, ameixa e citros, porem sem êxito devido a complicações principalmente com o uso excessivo de veneno nas lavouras em torno além de outros.

**Entrevistado 15.** Homem (55 anos de idade)

Geraldo é pequeno produtor rural, proprietário de aproximadamente 5 ha, sempre trabalhou com a agricultura, reside na propriedade à 33 anos. Produz milho, soja fumo, que entrega nas empresas e cooperativas integradas. Parte de sua área é destinada ao plantio de

mandioca e hortaliças (pepinos, cenouras, repolho, dentre outros), que revende direto ao consumidor, e parte entrega no Ceasa em Foz do Iguaçu. Com relação à fruticultura, o mesmo não demonstrou interesse por considerar uma atividade muito trabalhosa, considerando que teria que contratar mão-de-obra terceirizada, pois reside sozinho com sua esposa na propriedade, mas reconhece sua rentabilidade. Sua única filha já sair de casa. O mesmo alega também não ter muitas informações sobre a produção de frutas nem tão pouco chegou a participar de algum encontro, reunião e/ou palestras. Já produziu leite, mas parou considerando que não era viável financeiramente e por ser um trabalho que exige muita dedicação. Questionado quanto às suas perspectivas, o Entrevistado pretende continuar com suas atuais produções não investindo em outros.

**Entrevistado 16.** Homem (42 anos de idade)

O Entrevistado é micro agricultores, típicos da agricultura familiar. Casal com três filhos, sendo a mais velha casada, o menino estuda no colégio agrícola e uma menina mais nova. As atividades agropecuárias são desenvolvidas por todos os integrantes da família, que vivem da produção de leite, criação de alguns animais (porco, galinha, bezerros) - que serve para o consumo da família e o excedente vendem, geralmente, para pessoas da própria comunidade - plantio de milho e pastagem para trato dos animais e produção de fumo, que revende para a firma que lhes presta assistência técnica. A propriedade, de aproximadamente 5 ha é arrendada, pertence ao pai do Entrevistado, o qual também reside no local, cada qual com sua casa. Dentre 11 irmãos, o Entrevistado foi o único que permaneceu na propriedade. Ambos do casal sempre trabalharam com agricultura familiar. Questionados sobre a fruticultura, disseram que já plantaram alguma coisa, mas para o próprio consumo, porém nunca obtiveram sucesso. Nunca tiveram a oportunidade/convite de participarem de qualquer tipo de palestra e/ou reunião que tratava-se do conteúdo fruticultura, assim, não tem conhecimento sobre a sua viabilidade e produção. Quanto à produção de frutas para a comercialização, alegam não ter interesse por se tratar de ser propriedade de terceiros, consta no contrato a permissão de plantio de lavouras temporárias e a fruticultura é variedade de lavoura permanente. O casal possui outra propriedade rural, adquirida recentemente, com aproximadamente 8.000 m<sup>2</sup> e demonstraram interesse em plantar abacaxi, mas ainda lhes faltam orientações e recursos.

**Entrevistado 17.** Homem – (54 anos de idade)

Nascido no Estado no Rio Grande do Sul, veio ainda criança para o Paraná com sua família a qual se instalou na localidade onde ainda reside. Com a saída de seu irmão, ainda jovem para o seminário, ficou sozinho com seu pai para trabalhar, o que dificultou o avanço de seus estudos, sendo que sua vontade era de fazer agronomia, porém, sempre procurou participar de cursos e palestras oferecidas por entidades direcionadas à produção agropecuária. Atualmente o Entrevistado produz em sua propriedade leite, soja e milho e ainda possui mais um amplo espaço arrendado de terceiros onde produz também soja e milho. Recentemente, recebeu uma visita de um técnico da empresa Biolabore, o qual sugeriu iniciar a produção de fruticultura, iniciando assim com 2000 mudas de abacaxi, que ainda está em fase de crescimento. O Entrevistado sempre procurou estar a frente de movimentos em pró da agricultura familiar, meio ambiente e sustentabilidade e tem boa experiência em produção orgânica, inclusive de soja e milho, porém, devido à fatores alheios à sua vontade, teve que aderir à produção convencional. Foi um dos primeiros participantes da feira de agricultores, direcionando seus trabalhos com algumas leguminosas e algumas variedades de frutas, bem como derivados de farinhas e massas. Também comercializa na feira sua produção de melado, melão, melancia e mandioca. O Entrevistado pretende direcionar um espaço para a produção de agrofloresta. Possui a visão positiva quanto à produção da fruticultura, porém, por ser apenas o casal na propriedade e uma filha menina, achou dificuldade da mão-de-obra. Porém, considerando que sua filha está concluindo o curso de agronomia, pretende retornar à propriedade e investir mais em alternativas de sustentabilidade, conforme relatou Gateli.

**Entrevistado 18.** Homem (55 anos de idade)

O Entrevistado possui sua propriedade de 5,4 ha à cinco anos, a qual adquiriu através de um negócio de troca por sua casa na cidade de Santa Helena, onde reside com sua esposa e um filho ainda pequeno. Seu filho mais velho, já casado reside e trabalha na cidade, mas pretende voltar para o sítio e trabalhar em parceria com seu pai. O Entrevistado relata que, mesmo quando residia na cidade, sempre trabalhou na produção agrícola prestando serviços para terceiros e que sempre sonhava ter o seu próprio “pedacinho de terra”. Atualmente o Entrevistado a principal produção é a de hortaliças, porém também produz derivados de raízes, como mandioca e batata, e demais legumes. O Entrevistado comercializa sua produção na feirinha da cidade, muitos produtos também direto na casa dos consumidores e em alguns mercados da cidade. Parte de sua produção é destinada para os programas PAA e PNAE. A produção é praticamente 100% orgânica, o que lhe favorece muito como atrativo na hora da venda e tendo um melhor retorno financeiro. Eventualmente é necessário contratar mão-de-obra

terceirizada bem como a contratação de maquinários de terceiros para trabalhar a terra. O Entrevistado não produz frutas, pois sempre trabalhou com hortaliças, porém não descarta a possibilidades, demonstrando interesse principalmente com citros, mas ainda lhe falta conhecimento no ramo e está já entrando em contato com técnicos especializados. Percebe-se uma grande satisfação do Entrevistado com o seu trabalho.

**Entrevistado 19.** Homem (60 anos de idade)

O Entrevistado é nascido em Getúlio Vargas, Estado do Rio Grande do Sul, vindo ainda criança para Santa Helena com sua família, a qual se instalou na propriedade onde ainda o mesmo reside, herdando parte do total inicialmente adquirido pelos seus pais. Atualmente o Entrevistado possui aproximadamente 12 ha, na qual sua principal atividade é o agronegócio (soja e milho), eventualmente, o Entrevistado presta serviços para terceiros, na atividade de tratorista em épocas de plantio e/ou colheitas, para compor a renda familiar. Atualmente, o Entrevistado reside com sua esposa e ambos também possuem renda da aposentadoria. Nenhum de seus três filhos permaneceu na propriedade, vindo todos procurarem outras atividades na zona urbana. Questionado sobre a fruticultura, o mesmo destacou que nunca se interessou em produzir para comercialização, apenas possui uma pequena produção de uva que serve somente para o consumo familiar. Mencionou também que nunca teve interesse pela atividade de produção de frutas em maior escala devido à sua propriedade é desfavorecida pela localização, por estar “rodeada” de produção de agronegócio o veneno não deixa desenvolver a cultura. Também nunca procurou se informar nem tão pouco buscou qualquer assistência técnica para prestar qualquer tipo de orientação sobre fruticultura.

**Entrevistado 20.** Homem (75 anos de idade)

O Entrevistado possui uma pequena propriedade de aproximadamente 5 ha, na qual sua principal produção é o agronegócio (soja e milho), porém também possui um espaço direcionado para a produção da cana-de-açúcar, que destina para a destilação e produção da cachaça. Quando jovem, o Entrevistado possuía uma mecânica, tendo que deixar esta atividade devido à complicações de saúde. Mais tarde, em conjunto com sua esposa implantaram uma empresa de confecções de vestuário, mas não se adaptou e, já possuindo o sítio, resolveu então dedicar-se com a produção de cachaça, o que já faz a mais de dez anos. Mais recentemente, o Entrevistado recebeu a visita de uma técnico da Biolabore, que ofereceu a proposta de iniciar as atividades também de fruticultura, mais direcionado para o orgânico. A proposta ainda está em projeto, mas ele destaca que ficou interessado e diz que pretende dedicar pelo menos dois

ha para isso e está pensando em vender parte de sua propriedade para investir em imóveis na cidade, pois devido à sua idade avançada, teme não conseguir dedicar muito para a fruticultura. Questionado o por quê de não ter iniciado já a mais tempo com a produção de frutas, o mesmo disse que por falta de conhecimento e informações, temia uma frustração na atividade.

**Entrevistado nº 21. Homem (66 anos de idade)**

Residente na localidade de Esquina Céu Azul, interior do município de Santa Helena, praticamente sua vida toda, o Entrevistado nº 21 migrou com sua família ainda criança do Estado do Rio Grande do Sul. Possui um área de aproximadamente 10 ha, sempre trabalhou nas atividades de plantio de soja e milho, passando eventualmente pela produção de leite, o que atualmente não faz mais. O Entrevistado nº 21 atualmente está aposentado e arrendou sua área para terceiros, apesar de possuir quatro filhos, sendo três homens e uma mulher, dentre os quais os três mais velhos já saíram do campo e residem na cidade trabalhando de empregados e o mais novo, com 21 anos de idade ainda reside em casa com os pais, mas trabalha também de empregado como auxiliar de produção em uma cooperativa do município. Questionado sobre a fruticultura, o mesmo diz nunca ter despertado o interesse, pois sempre acreditou que era uma atividade que não proporcionava retorno. Também jamais participou de qualquer palestra ou cursos informativos sobre a produção de cursos. Atualmente ele e sua esposa estão aposentados e dependem também da renda paga por terceiros de sua lavoura. Aparentemente, não haverá a sucessão da propriedade do Entrevistado.